

PREGÃO (PRESENCIAL) N° 029/2019 EDITAL N° 044/2019 PROCESSO N° 053/2019 TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LICENÇA DE SOFTWARES DE GESTÃO DE ÚLTIMA GERAÇÃO, EM AMBIENTE "WEB" COM SUA OPERACIONALIZAÇÃO INTEGRALMENTE REALIZADA VIA INTERNET PARA A MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, QUE CONTEMPLARÁ O CONTROLE DA AÇÃO FISCAL, GESTÃO DE COBRANÇA DE RECEITA TRIBUTÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE E ACOMPANHAMENTO POR MONITORAMENTO, CONFORME AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL e no anexo II – Termo de Referência.

DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: 14/06/2019.

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 09h00.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Setor de Contratos e Licitações, localizada: Avenida Celidônio Neto nº 698 — Centro — CEP 17.120-023 — Agudos — SP.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES, localizada na Avenida Celidônio Neto nº 698 – Centro – CEP 17.120-023 – Agudos – SP – Telefone (0XX14) 3261-3331, e-mail: <u>licitacao@agudos.sp.gov.br</u>

O SENHOR ALTAIR FRANCISCO SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDOS, ESTADO DE SÃO PAULO, torna público que se acha aberta neste Município de Agudos, licitação na modalidade PREGÃO (PRESENCIAL), do tipo <u>MENOR VALOR GLOBAL</u>, objetivando a

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LICENÇA DE SOFTWARES DE GESTÃO DE ÚLTIMA GERAÇÃO, EM AMBIENTE "WEB" COM SUA OPERACIONALIZAÇÃO INTEGRALMENTE REALIZADA VIA INTERNET PARA A MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, QUE CONTEMPLARÁ O CONTROLE DA AÇÃO FISCAL, GESTÃO DE COBRANÇA DE RECEITA TRIBUTÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE E ACOMPANHAMENTO POR MONITORAMENTO, CONFORME AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL e no anexo II – Termo de Referência.

Este certame será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de



1.989, e suas alterações e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2.014. As propostas deverão obedecer às especificações e exigências constantes deste instrumento convocatório.

<u>Integram este Edital os Anexos de I a VIII.</u>

1 - PARTICIPAÇÃO

- **1.1** Poderão participar desta licitação as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital.
- 1.2 Não será permitida a participação de empresas:
- 1.2.1 Estrangeiras que não funcionem no País;
- **1.2.2** Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- **1.2.3** Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- **1.2.4** Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02;
- 1.2.5 Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10º da Lei 9.605/98;
- 1.2.6 Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

2 - CREDENCIAMENTO

- **2.1** Por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes, deverá ser apresentado o que se segue:
- **2.1.1** Quanto aos representantes:
- a) Tratando-se de Representante Legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal



investidura;

- b) Tratando-se de **Procurador**, instrumento público de procuração ou instrumento particular do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem "a";
- **c)** O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;
- d) O licitante que não contar com **representante** presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço por item;
- **e)** Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários;
- f) Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.
- 2.1.2 Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo V** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 01 (Proposta) e nº 02 (Habilitação).

2.1.3 – Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício dos direitos previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VI** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 01 (Proposta) e nº 02 (Habilitação).

3 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



A Proposta e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados separadamente, em dois envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

DENOMINAÇÃO:

ENVELOPE N° 01 – PROPOSTA PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2019 PROCESSO N° 053/2019

DENOMINAÇÃO:

ENVELOPE N° 02 – HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2019 PROCESSO N° 053/2019

4 - PROPOSTA

- **4.1 –** O **Anexo III** deverá ser utilizado para a apresentação da **Proposta**, datilografado, impresso ou preenchido a mão de forma legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem ofertas alternativas, datado e assinado pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.
- **4.2 –** Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.
- **4.3 -** Deverão estar consignados na proposta:
- **4.3.1** A denominação, endereço/CEP, telefone/fax, e-mail e CNPJ do licitante;
- **4.3.2 Preço global por extenso**, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação;
- a) O preço ofertado deverá ser apresentado com precisão de duas casas



decimais.

- **4.3.3** Marca dos produtos cotados;
- **4.3.4** Validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação;
- **4.3.5** Declaração impressa na proposta de que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Termo de Referência Anexo II deste Edital;
- **4.3.6** Declaração impressa na proposta de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação da proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro, referentes ao objeto licitado;
- **4.3.7** Não serão admitidas cotações inferiores às quantidades previstas neste Edital.

5 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

No que se refere à **DOCUMENTAÇÃO COMPLETA**, os licitantes deverão apresentar:

- 5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso:
- **a)** Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, conforme o caso, na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- **a.1)** Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;
- **b)** Decreto de autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- c) Os documentos relacionados no subitem "a" **não** precisarão constar do **Envelope nº 02 Habilitação** se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.



5.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- **a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- **b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- **c.1)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- **c.2)** Certidão de Regularidade de ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda **ou** Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 03, de 13/08/2010 **ou** declaração de isenção **ou** de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;
- **c.3)** Certidão Negativa **ou** Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;
- **d)** Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social INSS mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débito ou CPD- EN Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;
- **e)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1° de maio de 1943;
- **g)** A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do contrato**;



- **g.1)** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- **g.2)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **dois dias úteis**, a contar da **publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério deste Município de Agudos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- **g.3)** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem g.2, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4°, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

5.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- **a)** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- **a.1)** Se, na certidão apresentada, constar distribuição de processo de recuperação judicial e/ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar o plano de recuperação devidamente homologado pelo juízo competente, em conformidade com a Súmula nº 50, do TCE/SP.

5.4 – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- **a)** Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto Estadual nº 42.911, de 06.03.98 (Anexo VII deste Edital);
- **b)** Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal do licitante, assegurando que a mesma atende as normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual), conforme modelo estabelecido no **Anexo VIII** deste Edital.

5.5 - DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



- **5.5.1** Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;
- **5.5.2** Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões:
- **5.5.3** Na hipótese de não constar prazo de validade das certidões apresentadas, este Município de Agudos aceitará como válidas as expedidas até **90** (noventa) **dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;
- **5.5.4** Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- **a)** Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos, disposta nos itens 5.1 a 5.5;
- **5.5.5** Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante;
- **5.5.6** O Pregoeiro ou a Equipe de Apoio diligenciará efetuando consulta direta na internet nos **sites** dos órgãos expedidores para verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.

6 - PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- **6.1** No horário e local indicados neste Edital será aberta a sessão pública, iniciando-se pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados no item 2.1.
- **6.2** Encerrada a fase de credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro os **Envelopes nº 01** e **nº 02**, contendo, cada qual, separadamente, a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação.



- **6.3** O julgamento será feito pelo critério de **menor preço global** observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos definidos neste Edital.
- **6.3.1** Havendo divergência entre os valores, prevalecerá o **preço total por extenso** e as correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- **6.4** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo **desclassificadas** as propostas:
- **6.4.1** Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital:
- **6.4.2** Que apresentem preço ou vantagem baseados exclusivamente em propostas ofertadas pelos demais licitantes;
- **6.4.3** Que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital.
- **6.5** Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.
- **6.6** As propostas classificadas serão selecionadas para a **etapa de lances**, com observância dos seguintes critérios:
- **6.6.1** Seleção da proposta de menor preço por item e das demais com preços até **10%** (dez por cento) superiores àquela;
- **6.6.2** Não havendo pelo menos **três** propostas nas condições definidas no item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de **três**. No caso de empate das propostas, serão admitidas todas estas, independentemente do número de licitantes;
- **6.6.3** O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e, os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de **sorteio** no caso de empate de preços;
- **a)** O licitante sorteado em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.



- **6.7** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles de **R\$ 0,01 (um centavo)** aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem dois ou mais lances do mesmo valor;
- **6.7.1 –** A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço por item.
- **6.8** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- **6.9** Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte**, nos seguintes termos:
- **6.9.1** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
- **6.9.2** A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;
- **a)** Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;
- **b)** Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.8.1 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;
- **b.1)** Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.
- **6.9.3** O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;



- **6.9.4** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no artigo 4°, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem **6.8.1**;
- **a)** Não configurada a hipótese prevista neste subitem, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances
- **6.9** Após a fase de lances serão **classificadas**, na **ordem crescente dos valores**, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no item 6.6.1, e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.
- **6.10** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades legais cabíveis.
- **6.11** O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- **6.12** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a **aceitabilidade do menor valor global** decidindo motivadamente a respeito;
- **6.13** Após exame das propostas apresentadas pelos licitantes, convocará o Sr. Pregoeiro, na própria sessão de entrega e abertura dos envelopes, a empresa cuja proposta foi melhor classificada para, em até 48 (quarenta e oito) horas, realizar a demonstração do sistema ofertado, de modo a se aferir o atendimento às especificações técnicas e requisitos tecnológicos, através da verificação do atendimento ou não às funcionalidades pretendidas, o que haverá de se dar nos moldes e nos termos definidos e especificados no Termo de Referência, ANEXO I.
- **6.14** Demonstrado o sistema e verificado seu atendimento às especificações técnicas e requisitos tecnológicos, o Pregoeiro dará início a abertura do envelope com os documentos de habilitação da licitante.
- **6.15** Caso a demonstração não atenda as exigências técnicas previstas neste edital e no termo de referência, a licitante será desclassificada, convocando o Pregoeiro, neste caso, a licitante detentora da segunda melhor proposta, aplicando-se o disposto no item 6.13, até que a demonstração do sistema satisfaça



as exigências fixadas no certame.

- **6.16** Finalizada a demonstração do sistema, com o devido preenchimento dos requisitos exigidos neste edital e no termo de referência ANEXO II o Pregoeiro intimará todos os licitantes da data da realização da sessão de análise dos documentos de habilitação.
- **6.17** Eventual intenção de recorrer acerca das propostas comerciais apresentadas e da demonstração do sistema há de ser manifestada quando da retomada da sessão para apreciação dos documentos, após a declaração do licitante vencedor.
- **6.18** Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação efetivamente entregues, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.
- **6.19** A verificação será certificada pelo Pregoeiro, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- **6.20** Este Município de Agudos não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.
- **6.21** Constatado o atendimento pleno aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor.
- **6.22** Se a oferta de menor preço por item não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, será declarada vencedora.
- **6.23** Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes.
- **6.24** O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.



- **6.25** Havendo redução do valor inicialmente ofertado decorrente de lances e/ou negociação, a licitante vencedora deverá protocolar no **DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, localizada na Avenida Celidônio Neto nº 698 Centro CEP 17.120-023 Agudos SP, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, até o segundo dia útil seguinte contado da data de adjudicação do objeto, os novos preços unitários e total para a contratação, nos moldes do Anexo III deste Edital, respeitada a proporção de redução dos preços;
- **6.26** Se a licitante vencedora do certame deixar de cumprir a obrigação estabelecida neste subitem acima, no prazo ali mesmo assinalado, os preços unitários finais válidos para a contratação serão apurados por este Município de Agudos, com a aplicação do percentual que retrate a redução obtida entre o valor total oferecido na proposta inicial e o valor total final obtido no certame, indistintamente, sobre cada um dos preços unitários ofertados na referida proposta.

7 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 7.1 Até **dois dias úteis** da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- **7.2** Eventual impugnação deverá ser dirigida ao subscritor deste Edital e **protocolada** no **SETOR DE PROTOCOLOS CENTRAL** da Prefeitura de Agudos, localizado no Paço Municipal, Praça Tiradentes, nº 650 Centro CEP 17.120-009 Agudos SP.;
- **7.2.1 –** Admite-se impugnação por intermédio de e-mail (licitacao@agudos.sp.gov.br), ficando a validade do procedimento condicionada à protocolização do original no **SETOR DE PROTOCOLOS CENTRAL** da Prefeitura de Agudos, localizado no Paço Municipal, Praça Tiradentes, nº 650 Centro CEP 17.120-009 Agudos SP, **no prazo de 48 horas de seu envio**
- **7.2.2** Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.
- **7.3** A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.
- **7.4** Dos atos do Pregoeiro cabem recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da



motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de **três dias** que começará a correr a partir do dia em que houver expediente neste Município de Agudos para a apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

- 7.4.1 Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhará os autos devidamente fundamentado à autoridade competente;
- **7.4.2** O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- **7.4.3** Os recursos devem ser protocolados no **SETOR DE PROTOCOLOS CENTRAL** da Prefeitura de Agudos, localizado no Paço Municipal, Praça Tiradentes, nº 650 Centro CEP 17.120-009 Agudos SP, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações e dirigidos ao Prefeito Municipal.
- **7.4.4** Admite-se recursos por intermédio de e-mail (licitacao@agudos.sp.gov.br), ficando a validade do procedimento condicionada à protocolização do original, no respectivo **SETOR DE PROTOCOLOS CENTRAL** da Prefeitura de Agudos SP, no prazo de **48 horas**.
- **7.5** Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- **7.6** A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8 - DA CONTRATAÇÃO

- **8.1** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo IV;
- **8.1.1** Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito do adjudicatário perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o



Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, este Município de Agudos verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

- **8.1.2** Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de **dois dias úteis**, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 8.1.1 anterior, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar;
- **8.1.3** O adjudicatário deverá assinar o instrumento de contrato, no prazo de **cinco dias úteis** contados da data da convocação;
- **8.1.4** Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 8.1.2, ou se recusar a celebrar a contratação, será convocado outro licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da contratação.
- **8.2** A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

9 - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

- **9.1.1** Só será emitido Atestado de Recebimento se atendidas as determinações deste Edital e seus anexos.
- **9.2** Constatadas irregularidades no objeto, este Município de Agudos, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:
- 9.2.1 Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Anexo II, determinando sua substituição;
- 9.2.2 Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades.
- 9.3 As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos**, contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por



escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

9.4 – O recebimento definitivo não exime a Contratada de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade dos produtos entregues.

10 - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 10.1 O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias contados da emissão do Atestado de Recebimento, diretamente em conta corrente da contratada.
- 10.1.1 Conforme o protocolo ICMS 42/09, alterado pelo protocolo ICMS 1/2011 ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.
- **10.2** Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.
- 10.3 A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente neste Município de Agudos.
- 10.4 Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à contratada, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a este Município de Agudos no prazo de 03 (três) dias úteis;
- 10.4.1 Caso a Contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

11 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – A despesa estimada para o atendimento do objeto tem o valor mensal de R\$ 18.750,00 (dezoito mil, setecentos e cinquenta reais) e para o período de 12 meses no montante de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais) e onerará os recursos orçamentários e financeiros reservados no código: FICHA: 26-3.3.90.39.

12 – SANÇÕES

12.1 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa,



ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 7° da Lei Federal nº 10.520/02 e demais penalidades legais.

13 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- **13.1** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- **13.2** O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.
- **13.3** Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo.
- **13.4** Após a publicação do extrato de contrato, os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada, pelo prazo de cinco dias, findo o qual serão inutilizados.
- 13.5 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- **13.6** Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Agudos do Estado de São Paulo.

AGUDOS, 03 DE JUNHO DE 2019.

ALTAIR FRANCISCO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDOS



ANEXO I – RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET PREGÃO (PRESENCIAL) N° 029/2019 PROCESSO N° 053/2019

Denominação: CNPJ: Endereço: E-mail: Cidade: Estado: Telefone: Fax:						
Obtivemos, atrav do instrumento c			_	. •	nesta da	ta, cópic
Local:	, de	de	2019			
Nome:						
Senhor Licitante,						
Visando à comu solicitamos a Vos ao Departam licitacao@agudo	sa Senhoria pr nento de		cibo de	_	Edital e re	•
A não remessa do de e-mail, de ev convocatório, be posteriormente q	rentuais esclar em como de	ecimentos e quaisquer int	retifico	ições ocorrido	as no inst	rumento



ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na licença de softwares de gestão de última geração, em ambiente "web" com sua operacionalização integralmente realizada via internet para a modernização dos processos da administração tributária municipal, que contemplará o controle da ação fiscal, gestão de cobrança de receita tributária e gestão do desenvolvimento econômico incluindo implantação, conversão, treinamento, suporte e acompanhamento por monitoramento, conforme as seguintes especificações contidas neste edital.

2. ESPECIFICAÇÕES DAS AQUISIÇÕES OU SERVIÇOS

Implantação de uma solução para o Município, modernizar os processos da Secretaria de Fazenda Municipal, em um modelo integrado que incorpore funcionalidades de gestão, em conformidade com este documento, o qual compreende:

2.1. Sistema de Gestão: Conjunto de software de gestão.

Licença de uso do Sistema de Gestão: Direito outorgado pela CONTRATADA à Prefeitura, para a utilização por tempo determinado do Sistema de Gestão Tributária, sendo a CONTRATADA titular dos direitos autorais e proprietária dos sistemas.

Uso Compartilhado de Dados: Nos termos do art. 26, § 1°, inc. I, da Lei n° 13.709/18, o Município fornecerá os dados legítimos e confidenciais considerados imprescindíveis para operacionalização do sistema requisitado, os quais não poderão ser repassados a terceiros que não integram a contratação, salvo se forem de conhecimento público. Será ainda nomeado um encarregado deste Poder Público para repassar via *File Transfer Protocol*-FTP as respectivas informações que efetivamente sejam necessárias, assim como deverá ser realizado do recebedor de dados que se sujeitarão as penas da Lei em caso de descumprimento. Os dados fornecidos deverão atender os layouts da empresa contratada. Serão fornecidos juntamente com os dados os dicionários e diagramas do Banco de Dados.

Implantação: A implantação engloba o início da operação de cada módulo requisitado do Sistema de Gestão, respeitando-se a ordem lógica de interdependência dos mesmos abrangendo todas as tarefas necessárias para a sua consecução, como o levantamento de informações disponíveis da legislação existente, parametrização dos softwares de acordo com as mesmas, estruturação do banco de dados, capacitação/treinamento operacional no uso dos sistemas e início do funcionamento efetivo com definição de (login e senha) para cada um dos usuários do Sistema.



Integração: O sistema deverá permitir a integração, via WEBSERVICE, com os demais sistemas corporativos utilizados na Prefeitura.

Customização: Adequação do sistema às rotinas da Prefeitura, compreendendo as adaptações do ambiente, adaptações à legislação, interfaces entre os aplicativos existentes e o produto implantado e as adaptações para flexibilização da implantação do sistema de acordo com os perfis estabelecidos.

Manutenção Corretiva e Evolutiva: Correção de defeitos e falhas devidamente constatados, melhorias ou implementação de novas opções e beneficiamentos do sistema, alteração da legislação incidente sobre o sistema que torne necessária à sua atualização.

Capacitação, Treinamento Continuado e Monitoramento: O serviço prevê a capacitação, treinamento continuado e monitoramento de usuários e técnicos na operação e uso do Sistema de Gestão, contemplando todos os recursos propostos.

Infraestrutura: A contratada deverá disponibilizar toda infraestrutura para armazenamento e gestão dos dados corporativos, execução do software licenciado, interface com os usuários, rotinas de contingências e backup garantindo a acessibilidade e segurança.

3. INTRODUÇÃO

Este documento tem a finalidade de descrever as funcionalidades básicas que devem ser atendidas, de forma a dar suporte operacional e funcional, acompanhamento e controle de demandas da Secretaria de Finanças/ FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, de acordo com os serviços associados:

- Planejamento das atividades;
- Fornecimento dos módulos:
- Complementação ou reprogramação, garantindo com que as operações já executadas atualmente na Secretaria de Administração e Finanças sejam contempladas;
- Parametrizações/Customizações/Adequação aos processos de trabalho;
- Conversão dos dados e integrações necessárias com sistemas existentes;
- Capacitação/Treinamento dos usuários;
- Liberação/Testes Finais/Implantação;
- Manutenção e suporte técnico.

4. JUSTIFICATIVA

A Prefeitura do Município de Agudos empenhada em implantar as melhores ações e ferramentas de tecnologia da informação, visando a criação de um Centro de Inteligência Fiscal Municipal, o qual contemplará o controle da ação fiscal e gestão da cobrança de receita tributária, incluindo a implantação, conversão, treinamento, suporte



e acompanhamento por monitoramento das ações, a fim de incrementar a arrecadação das receitas tributárias da gestão fazendária municipal, combater a sonegação e a omissão na declaração de receitas por parte dos contribuintes, bem como a respectiva inadimplência, atendendo, desta maneira, as melhores práticas de gestão fazendária, em cumprimento ao disposto na Legislação Municipal, Estadual e Federal vigentes, além daquelas derivadas das determinações do Tribunal de Contas do Estado.

Sabe-se que a modernização administrativa de um ente municipal requer, dentre outras coisas, suporte técnico especializado, especialmente na área de tecnologia da informação, onde o ritmo de atualizações e mudanças de tecnologia é constante e, cada vez mais, em menor intervalo de tempo, não se justificando assim, por motivos de economia processual e custos administrativos, bem como por necessidade de constante atualização, a manutenção de estrutura de desenvolvimento próprio da municipalidade.

Neste contexto, o gestor público buscando a modernização administrativa e fiscal da Prefeitura do Município de Agudos e visando ainda a valorização do "cidadão contribuinte" em respeito à equidade tributária, pretende com esta iniciativa criar as condições para que a administração municipal possa alcançar maior autonomia no financiamento do gasto público, por meio do incremento na sua base de arrecadação de receitas próprias, melhorar o desempenho das suas funções sociais, especialmente no atendimento ao cidadão e ao contribuinte, combater a inadimplência e a sonegação, por meio de ações de inteligência fiscal, adequação da legislação tributária, capacitação de pessoal, e amparada em instrumentos de tecnologia da informação, cumprir assim a determinação constitucional e de responsabilidade fiscal na gestão tributária municipal.

Neste toar, simplificar e, significativamente, implantar facilidades e modernizações legislativas e tecnológicas que diminuam a burocracia e facilitem a dinâmica de apuração de tributos, reduz o custo das empresas e do município no cumprimento e na verificação das obrigações acessórias, refletindo no imediato incremento da respectiva arrecadação dos tributos devidos pelos contribuintes.

No caso específico deste Município, existe especial preocupação com a eficiência e a transparência da gestão pública, e para tanto, torna-se necessário promover as medidas para cumprir as funções administrativas e fiscais que cabe a Municipalidade, visando atender a Responsabilidade Fiscal de arrecadar, além de promover a justiça e a equidade na gestão fiscal.

A eficiência, além da melhoria dos processos administrativos, passa pela racionalização do gasto público municipal na gestão. Neste sentido, torna-se indispensável um controle mais específico sobre a arrecadação das receitas que o município é obrigado a arrecadar, sobretudo, daqueles potenciais maiores contribuintes.



Nesta linha, o presente documento apresenta as principais orientações e especificações para a realização da atividade objeto desse termo de referência, visando a orientação do processo licitatório que contratará fornecedor especializado nas melhores condições de qualidade e dentro dos preceitos constitucionais de economicidade, visando o interesse público e o melhor resultado das ações para a municipalidade.

No âmbito de atuação da gestão fazendária e atento a legislação regente, a Prefeitura pretende modernizar e manter o Fisco Municipal com foco na simplificação da legislação e das obrigações acessórias prestadas pelos contribuintes, tais como, apuração para pagamento de tributos, declarações e livros obrigatórios com agilidade, comodidade e segurança, criação de mecanismos que propicie que permitam redirecionar a atuação da fiscalização, permitindo exercê-la de forma preventiva, geração de instrumentos orientados a resultados, proporcionando assim maior controle e gestão do cadastro de contribuintes e da arrecadação, bem como agilizar os procedimentos visando combater a sonegação, a omissão e a inadimplência na arrecadação tributária.

Acredita-se ainda que, com suporte de ferramentas de tecnologia da informação, será muito útil para definição de nova sistemática de relacionamento com os contribuintes e com o cidadão, bem como entre os contribuintes e a municipalidade, atingindo um grau maior de controle sobre as prestações de serviços executados pelos contribuintes sediados no Município, bem como daqueles de fora do município, aprimorando o conhecimento da economia local e proporcionando melhores investimentos no setor.

A Secretaria Municipal de Fazenda pretende dessa forma, manter ativo o sistema de monitoramento e fiscalização dos potenciais grandes contribuintes, como instituições financeiras, cartórios e construção civil, permitindo que esses contribuintes disponham de ferramentas, orientação e legislação adequadas e fundamentais nas suas áreas de atuação, além de possibilitar maior eficiência e transparência no controle da fiscalização e da arrecadação dos tributos por parte da municipalidade.

Neste contexto, torna-se relevante mencionar que a estrutura da Secretaria Municipal de Fazenda, tanto tecnológica, física e de pessoal, não possui condições de assumir a responsabilidade plena pela implantação e manutenção dos serviços pretendidos, especialmente quanto aos critérios de capacitação, treinamento, desempenho, disponibilidade, atendimento às normas, bem como na segurança e armazenamento dos dados, sem falar no enorme custo para criação de um sistema de tecnologia da informação que disponha de ferramentas específicas e de alta complexidade para realização de tal mister.

Importante destacar ainda a necessidade em atualizar o sistema sobre normas tributárias vigentes que periodicamente são modificadas pelo entendimento e pelos novos julgados



que definem a jurisprudência dos tribunais, visto que a legislação tem diversas alterações. Para tanto, a contratada precisará disponibilizar juntamente com os seus sistemas, quadro próprio ou terceirizado de profissionais na área de tecnologia, capacitação, apoio jurídico e administrativo para em conjunto com a administração municipal, promover a orientação, atualização e acompanhamento da implementação das normas atuais e futuras a viger.

O modelo pretendido foi e vem sendo implementado por vários Municípios do país, representando grande sucesso nos resultados pretendidos para o interesse público e para a municipalidade.

5. CRITÉRIOS OBJETIVOS DA LICITAÇÃO

A presente licitação reger-se-á pelas normas pertinentes à Lei Federal nº 8666/93 e suas posteriores alterações, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da LC nº 147 de 07 de agosto de 2014 e pela Lei Federal nº 10.520/2002, bem como pelas normas do presente Edital e seus Anexos.

A modalidade de licitação eleita será o Pregão Presencial, que há de ser deflagrado nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e no Decreto Municipal nº 5.644/2015, sendo considerados aspectos técnicos de habilitação e ditames aplicados à espécie, atendendo em especial os trâmites e prazos legais para o certame.

Admitir-se-á no presente certame a prorrogação de prazo de vigência do contrato, que inicialmente será de 12 (doze) meses, o que deverá ser justificado, por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente para celebrar o contrato, podendo ser prorrogado por, no máximo, 48 (quarenta e oito) meses, conforme o inciso IV, do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

6. DA CONTRATAÇÃO DOS SISTEMAS E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O Sistema de Gestão Fiscal e serviços associados será contratado atendendo a área funcional definida e seus subsistemas.

Os serviços associados ao Sistema de Gestão Fiscal serão iniciados somente após a emissão da Ordem de Serviço, na qual estarão definidos o prazo, serviços e os valores e serão prestados conforme etapas abaixo:

- Implantação;
- Fornecimento da licença de uso e disponibilização do Sistema de Gestão Fiscal;
- Conversão dos dados e integrações necessárias com sistemas existentes;
- Liberação/Testes Finais/Validação dos dados convertidos;
- Capacitação/Treinamento dos usuários;
- Manutenção e suporte técnico.

7. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS VINCULADOS

7.1. Implantação



Condições:

- A implantação do sistema não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, e será executada conforme cronograma proposto pela contratada para implantação do sistema contemplado;
- A Contratante designará servidores municipais das áreas necessárias para apoio e suporte aos técnicos da empresa contratada para implantação do sistema;
- Deverão ser realizadas todas as simulações pela Contratada em conjunto com a Prefeitura, em que deverá ser demonstrado o perfeito funcionamento do sistema;
- O Sistema de Gestão Fiscal, bem como o banco de dados deverá ser instalado obrigatoriamente em servidores de responsabilidade da Contratada. Os servidores e banco de dados deverão ser dedicados e utilizados exclusivamente para o objeto contratado, de forma a garantir integridade e segurança efetiva dos dados da Prefeitura;
- A Contratada deverá permitir periodicamente a auditoria nos bancos de dados a fim de garantir exclusividade do item anterior.
- Informações detalhadas e esclarecimentos complementares deverão ser fornecidos durante a visita técnica obrigatória aos interessados em participar do certame.

7.2. Fornecimento da Licença de Uso

A licença de uso do sistema de Gestão Fiscal deverá ser efetuada em até 90 (noventa) dias após a emissão da ordem de serviço, devendo conter obrigatoriamente as seguintes informações:

- Vinculação da licença ao Contrato e ao Pregão que deu origem ao mesmo;
- Número de usuários ilimitado.

7.3. Hospedagem do Sistema em Data Center

O sistema deverá ser instalado em Data Center, de propriedade da Contratada ou contratado pela mesma, que ofereça estrutura adequada para comportar as instalações e configurações necessárias para a operação do sistema.

Responsabilidades da Contratada durante a vigência do contrato, de forma a prover recursos e serviços, que possibilitem a operação do SISTEMA:

- a) Possuir recursos suficientes para armazenar o SISTEMA, banco de dados, comportando o crescimento e disponibilizando a expansão dos recursos quando necessário;
- b) Providenciar as atualizações e aplicações de *patches* aos softwares instalados e configurados, quando necessário ou recomendado pelos fabricantes, sempre com comunicação prévia à equipe técnica da Contratante e mediante aprovação da mesma;
- c) Possuir as licenças oficiais e os suportes técnicos, durante a vigência do contrato,



oferecido pelos respectivos fabricantes dos softwares instalados, que serão utilizados para o SISTEMA, bem como apresentar à Contratante, quando solicitado, os comprovantes de suas existências;

7.4. Ambiente Operacional no Data Center

Disponibilidade de um Data Center com Alta Performance e Balanceamento de Carga, disponível durante as 24 horas dos 7 dias da semana, com reconhecidos critérios de segurança física (proteção contrafogo, sistema de refrigeração, fornecimento ininterrupto de energia, proteção contra água e proteção contra furto) e segurança tecnológica (detecção de invasão) de forma que atenda o disposto na NBR - Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ISO/IEC 27001/2013 e TIER III, dispondo ainda de redundância física e lógica em pontos geograficamente diferentes.

Disponibilização de Servidores de Internet, Aplicativos e Banco de Dados, com componentes redundantes que ofereçam alta disponibilidade, proteção contra vírus, spywares e demais pragas virtuais gerando cópias de segurança que garantam o armazenamento dos dados em local seguro. O tráfego para o servidor de backup não deve concorrer com o tráfego externo; Disponibilidade de Links de comunicação de alto desempenho com banda compatível com a demanda necessária ao atendimento dos contribuintes do Município, com garantia de alta disponibilidade e desempenho e conexões com certificação segura e criptografadas no transporte das informações (https). Devem atender, via web, aos contribuintes da contratante, tomadores de serviços, contadores e colaboradores da contratante.

7.5. Requisitos de Ambiente

A licitante deve disponibilizar à Administração Municipal, equipamentos de alta performance e que assegure alta disponibilidade, com tolerância a falhas, balanceamento de carga e contingência operacional, devendo atender aos seguintes requisitos:

- i. Sistema de combate a incêndio;
- ii. Proteção contra água;
- iii. Segurança física CFTV com cobertura total das facilidades, detectores de presença e invasão:
- iv. Sistema de Refrigeração;
- v. Sistema de Fornecimento Ininterrupto de Energia com grupos de geradores; e
- vi. Sala Cofre.

7.6. Requisitos de Segurança, Monitoramento e Controle

A licitante deverá disponibilizar à Administração Municipal, Monitoramento de gama de serviços e condições do ambiente, incluindo:

- i. Conectividade de todo o ambiente contratado;
- ii. Disponibilidade dos servidores e demais componentes instalados;



- iii. Disponibilidade dos serviços de cada um dos servidores, individualmente;
- iv. Tráfego e tempo de resposta de todos os circuitos de dados e voz;
- v. Fornecimento de energia;
- vi. Sistemas de ar-condicionado;
- vii. Sistemas de no-break; e
- viii. Grupos geradores de energia.

7.7. Requisitos de Infraestrutura e Tecnologia

A licitante deve disponibilizar à Administração servidores, infraestrutura de rede, segurança, recuperação de dados, gerenciamento e monitoração, atendendo no mínimo os requisitos:

- i.Firewall compartilhado e redundante da área de hospedagem do Data Center;
- ii. Servidor web com redundância de fonte de alimentação, interface de rede e discos;
- iii.Servidor de banco de dados com redundância de fonte de alimentação, interface de rede e discos:
- iv. Servidores devidamente licenciados para as respectivas aplicações de Sistema, Banco de Dados, Backup;
- v.Software antivírus para os respectivos servidores devidamente licenciados;
- vi.Reserva mínima de 4 TB em disco para backup;
- vii.Rede de dados exclusiva para backup e monitoração dos serviços;
- viii.Links de comunicação de alto desempenho com Banda compatível com a demanda e com garantia de Alta Disponibilidade, capazes de disponibilizar acesso via WEB a todas as empresas, estabelecidas ou não no Município;
- ix. Softwares para segurança da informação que garantam o sigilo e a proteção contra "roubo de informações" que possam ocorrem através de ataques realizados por pessoas de fora do ambiente e também de dentro do próprio ambiente disponibilizado;
- **x.**Softwares de gerenciamento para acompanhamento, medição e monitoramento da performance dos equipamentos de infraestrutura, operando deforma proativa para situações eventuais de instabilidade, proporcionando qualidade e segurança para a infraestrutura fornecida;
- xi. Ambiente de homologação nas mesmas condições do ambiente de produção, atendendo os mesmos requisitos, com os sistemas integrados para customizações, implementações e testes, que se façam necessários para atender às peculiaridades da legislação;
- **xii.**Conexões SSL, com Certificação Segura e Criptografada do Transporte das Informações https.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Deverá ser apresentado atestado(s) de Capacidade Técnica expedido em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante desempenhado atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.



Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que realizará os trabalhos.

Dentre o pessoal técnico da licitante, há de figurar, especialmente, o seguinte profissional de nível superior, essencial para o cumprimento do objeto da licitação:

• 01 (um) Profissional de Nível Superior, Ciência da Computação; e

A comprovação da qualificação se dará pela apresentação de *Curriculum Vitae*, cópia autenticada de Diploma de Graduação e dos Certificados de Especialização/Pós-Graduação e Certificações, ou outros documentos equivalentes.

Declaração que o data center para hospedagem dispõe dos requisitos descritos nos itens 7.3, 7.4, 7.5, 7.6 e 7.7.

9. VISITA TÉCNICA

É facultativa aos licitantes a realização de visita técnica a fim de proporcionar aos mesmos o conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. A visita ocorrerá em até um dia útil anterior à abertura dos envelopes, na Secretaria de Administração e Finanças, localizada no Paço Municipal, sito à Praça Tiradentes, nº 650 – centro de Agudos, Estado de São Paulo, CEP: 17.120-009, telefone (xx14) 3262-8524, devendo ali o interessado contatar a Sra. Simone Regina Pereira de Moraes e ou Sr. Rafael Henrique Marchesi Parpineli, no Departamento de Lançadoria e Fiscalização do Município de Agudos/SP., ou pessoa por ela designada. Será nessa ocasião emitido Declaração de Visita Técnica, impresso em 02 (duas) vias, assinadas pelas partes interessadas.

A visita deverá ser pré-agendada com pelo menos 1 dia de antecedência da sua realização.

A vistoria deverá ser realizada por representante legal da empresa, que deverá apresentar procuração válida e reconhecida, assinada por pessoa, comprovada e legalmente habilitada, autorizando-o especificamente a receber as informações técnicas, sob o compromisso de confidencialidade.

Os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições pré-existentes no ambiente da Prefeitura como óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação contratual.

10. TREINAMENTO Dirigidos aos Servidores Municipais



Treinamento aos servidores municipais para que possam utilizar e administrar os Sistemas Integrantes da solução de forma adequada no cumprimento de suas atividades.

A empresa vencedora da licitação deverá apresentar em até 5 (cinco) dias antes do início da capacitação um plano, conforme item 10, sendo que, o conteúdo deverá abranger todo o detalhamento por módulo funcional contratado, atendendo ao cumprimento operacional e gerencial.

O treinamento e o respectivo material didático deverão se dar em idioma português.

Estes materiais didáticos deverão ser entregues em forma online e/ou físico.

O treinamento deverá ser ministrado com 10 (dez) dias de antecedência do término da implantação.

O treinamento deverá garantir que os usuários multiplicadores do sistema desenvolvam conhecimentos e habilidades para uso de todas as funções pertencente a sua área de responsabilidade:

Usuário Multiplicador	Quantidade	Total de Horas		
Operacional	15	32		
Gestor	3	8		

Dirigidos a Comunidade de Contabilistas do município

A empresa contratada deverá realizar em local e horário determinado pela Contratante, palestras esclarecedoras sobre a obrigatoriedade e as novas funcionalidades do sistema para contadores, empresários e entidades de classe convidados pela Contratante, sendo, no mínimo, 03 (três) e no máximo 10 (dez) palestras.

A empresa contratada deve, obrigatoriamente, cumprir carga horária de, no mínimo, 04 (quatro) horas cada palestra. Deverão ser realizadas visitas aos principais escritórios de contabilidade do Município para treinamento e capacitação dos seus funcionários na utilização do sistema após as manutenções.

10.1. Plano de Capacitação

Conteúdo mínimo do plano de capacitação:

- Nome e objetivo de cada módulo de capacitação;
- Público alvo;
- Conteúdo programático;
- Conjunto de material a ser distribuído em cada capacitação, incluindo apostilas, documentação técnica, etc.;



- Carga horária de cada módulo da capacitação;
- Emissão de Certificado de Participação, por módulo;
- Local do treinamento.

Recursos utilizados no processo de capacitação (hardware, projetor, modem 3G ou 4G, softwares, filmes, slides, livros, fotos e outros materiais), cuja providência será de responsabilidade da Contratada.

As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais de 10 (dez) participantes e a quantidade de horas não deve ser inferior a 8 horas.

A Contratada deverá fornecer a listagem com o nome dos funcionários que não compareceram à capacitação, bem como, aqueles que não apresentaram interesse no aprendizado do sistema contratado.

O local para a capacitação/treinamento será de responsabilidade da Contratante.

11. MANUTENÇÃO DO SISTEMA

A manutenção do sistema deverá ter duração mínima de 09 (nove) meses, contados a partir da conclusão a implantação do Sistema de Gestão Fiscal, com possibilidade de renovação por período de 12 (doze) meses e renovações iguais e sucessivas até o limite previsto em lei, onde deverão ser prestados os seguintes serviços a Contratante:

- Fornecimento e implementação de novas versões do sistema;
- Correção de defeitos e falhas devidamente constatados;
- Melhorias ou implementações de novas opções e beneficiamentos do sistema por iniciativa da Contratada;
- Alteração da legislação incidente sobre o sistema, que torne necessária sua atualização;
- Correção ou atualização da documentação técnica, inclusive os manuais relativos aos sistemas.

12. SUPORTE TÉCNICO

O suporte técnico deverá ser prestado pela Contratada na sede da Prefeitura.

A solicitação para suporte técnico, melhorias, alterações ou correções deverão ser sempre realizadas através de linha telefônica ou através de sistema de chamados, onde será registrada formalmente a solicitação do serviço. Os atendimentos às chamadas deverão ser feitos classificados por prioridades, conforme tabela a seguir:

SUPORTE TÉCNICO				
Classificação	Tempo de Atendimento	Descrição		



Extrema Prioridade	Máximo em 03 horas para solução de contingência; E resolução definitiva do problema e suas causas em no máximo 8 horas corridas				
Alta Prioridade		Problema que afete um processo de grande importância para a Contratante, que não torne o Sistema inoperante, mas que prejudique a funcionalidade de alguns módulos, impedindo o cumprimento de prazos legais nas execuções.			
Média Prioridade	Máximo em 16 horas para solução de contingência; E resolução definitiva do problema e suas causas em no máximo em 04 dias (úteis);	Problema que afete um serviço que não torne o Sistema inoperante, mas que prejudique alguma funcionalidade.			
Baixa Prioridade	Máximo em 36 horas para a solução de contingência; E resolução definitiva do problema e suas causas em no máximo em 09 dias (úteis)	crítico e torne o Sistema inoperante,			

13. IMPLANTAÇÃO E PRAZOS

A Implantação engloba o início da operação de todos os módulos componentes do sistema, respeitando-se a ordem lógica de interdependência dos mesmo abrangendo todas as tarefas necessárias para sua consecução, como levantamento de informações disponíveis da legislação existente, parametrização dos softwares de acordo com as mesmas, estruturação de banco de dados, capacitação/treinamento operacional no uso dos sistemas e início do funcionamento efetivo com definição de (login e senha) para cada usuário dos sistemas.

O cronograma e metodologia de implantação deverão ser definidos conjuntamente entre a Contratante e Contratada, de forma a atender aos prazos definidos no Cronograma de Implantação apresentado abaixo, dentre datas e horários mais convenientes para a execução dos serviços e de forma a atender ao detalhamento de cada uma das atividades previstas.

13.1. Condições:

A contratante designará servidores municipais das áreas necessárias para apoio aos técnicos da empresa Contratada para implantação do sistema;



A Contratada deverá fornecer modelo do ícone a ser disponibilizado no website da Contratante, para acesso a todos os usuários da ferramenta informatizada;

Deverão ser realizadas todas as simulações pela Contratada em conjunto com a Contratante, onde deverá ser demonstrado o perfeito funcionamento da ferramenta informatizada, possuindo a Legislação Municipal vigente antes de sua divulgação;

A implantação dos serviços, não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço Inicial, a organização da implantação e início da prestação dos serviços deve obedecer ao seguinte cronograma:

Cronograma de Atividades. Fase 1.	15 dias	30 dias	45 dias	60 dias	75 dias	90 dias
Análise da Legislação vigente, incluindo Código Tributário Municipal, Leis Complementares,						
Decretos e Atos normativos referente ao ISS. Proposta de Minuta de Projeto de Lei/Instrução						
Normativa para adequação do sistema.						
Configuração do Sistema						
Fase 2.						
Configuração do Cadastro, análise, conversão e crítica dos dados cadastrais.						
Criação de Ambiente para Teste						
Capacitação/Treinamento						
Homologação do Funcionamento do Sistema						
Criação do Ambiente de Produção						

No período de implantação para os problemas classificados como Baixa ou Média Prioridade, o suporte e resolução dos problemas poderão ser executados via telefone, email ou chamados de suporte. Para os problemas classificados como de Extrema e Alta Prioridade, os técnicos responsáveis pelo suporte deverão se deslocar até o endereço da Contratante para resolução do problema. Em ambos casos deverão ser cumpridos os prazos, tempos e formas especificados na tabela acima.

14. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

A Contratada deverá fornecer junto às etapas de implantação, documentação completa de todos os sistemas que compõem a solução, no fornecimento e a cada troca de versão. Toda e qualquer documentação enviada à CONTRATANTE deverá ser fornecida em mídia eletrônica, em formato PDF.



A documentação deverá no mínimo atender os seguintes aspectos técnicos:

- Manual do usuário, que permita uma adequada utilização dos módulos;
- Documentação técnica referente a quaisquer softwares que se integrem ao ambiente de execução deverá ser fornecida em idioma português.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá as seguintes obrigações:

- Transmitir todas as informações de que dispuser para Gestor do Contrato;
- Entregar aos funcionários do município, detentores da competência legal para a autuação fiscal, um relatório detalhado do que resultar do processamento dos dados acima referidos, em que figurarão dimensionados os eventuais valores de sonegação detectados.
- Cumprir rigorosamente com todas as programações e atividades do objeto deste Contrato;
- Levar, imediatamente, ao conhecimento do Gestor do Contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada;
- Indicar e disponibilizar equipe técnica que atuará na implantação e customização de cada módulo;
- Arcar com despesas de deslocamento e hospedagem da equipe técnica;
- Apresentar os produtos definidos na qualidade e prazos definidos pela Contratante;
- Fornecer todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante;
- Facilitar a supervisão acompanhamento dos trabalhos pela Contratante, fornecendo, sempre que solicitados, informações e documentos relacionados com a execução do objeto do presente edital;
- Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus técnicos não terão vínculo empregatício com a Contratante;
- Obedecer às normas e rotinas da Contratante, principalmente as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços, respeitando o sigilo tributário;
- Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização;
- Responsabilizar-se por todos os ônus referentes aos serviços contratados, inclusive, alimentação e transporte, compreendendo-se o deslocamento do empregado do seu endereço residencial até o local de trabalho, bem como, do local de trabalho até sua residência, quando em serviço, bem como tudo que as leis trabalhistas e previdenciárias preveem e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto da licitação;
- Prover recurso humano necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta



ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

- Responsabilizar-se pela conformidade e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
- Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, sem prévia autorização da Contratante;
- Fornecer toda e qualquer documentação, projetos, manuais, etc., produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em mídia eletrônica;
- A Contratada deverá seguir metodologia de implantação a ser definida de comum acordo entre Contratante e Contratada;
- Ao final do contrato a Contratada deverá fornecer integralmente as informações contidas no banco de dados em formato txt com ponto e vírgula;
- O cronograma de implantação deverá ser definido conjuntamente com a Contratante, de forma a atender as conveniências de datas e horários.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE assumirá as seguintes obrigações:

- Fornecer cópia da legislação tributária em vigor nos últimos 05 anos, assim como da lei orgânica do Município;
- Disponibilizar um fiscal para conduzir as diligências de identificação de fatos geradores e sua respectiva autuação, no tocante à prestação de serviços dos estabelecimentos definidos neste Contrato, em todo território municipal;
- Notificar as instituições financeiras, cooperativas e outros estabelecimentos do município para que colaborem com a fiscalização, disponibilizando informações sobre os serviços prestados, apresentando os documentos que lhe forem solicitados;
- Indicar um Gestor para o contrato que será responsável, dentre outras obrigações, pela validação e recebimento das diversas etapas dos serviços;
- Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados e/ou produzidos pela Contratada;
- Agendar as reuniões que se fizerem necessárias para o planejamento, avaliação e ajustes nas etapas previstas de implantação;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de um Grupo de Trabalho designado. Verificar o cumprimento das obrigações, assumidas pela Contratada;
- Fornecer as informações e documentos indispensáveis para a elaboração dos produtos mencionados;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- Emitir, por intermédio do Gestor do Contrato, relatórios sobre os atos relativos à execução do contrato, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções;
- Manter os pagamentos dos serviços prestados pela Contratada em dia.



17. DA ANTICORRUPÇÃO

Na execução do presente Contrato é vedado à Administração Municipal Direta e Indireta e à Contratada e/ou o empregado seu, e/ou o preposto seu, e/ou o gestor seu:

- Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº8.420/2015 (conforme alterado) do U.S Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente contrato.

18. ESTABELECIMENTO DE INTERFACE (troca de informações)

Deverá ser estabelecida uma interface para troca de informações entre os sistemas de cadastro mobiliário e imobiliário da Contratante e o sistema da empresa Contratada para atualização dos dados pertinentes, a qual deverá ser desenvolvida e operacionalizada com a participação de representantes técnicos da empresa Contratada e da Contratante, contemplando, obrigatoriamente, as seguintes atividades:

A empresa Contratada deverá fornecer o layout contendo todas as especificações técnicas para o estabelecimento da interface via web-service, que contemple garantias de segurança e privacidade das informações trocadas, além de preservar os históricos das movimentações;

A Contratante, mediante as especificações técnicas contidas no layout fornecido pela Contratada, estabelecerá as rotinas diárias de importação, exportação e atualização de dados, mesmo que tais procedimentos dependam do fornecimento de informações e/ou da participação dos responsáveis pelas informações pertinentes;

A Contratada, por sua vez, também deverá estabelecer rotinas diárias de importação, exportação e atualização dos dados, obedecendo ao mesmo layout garantindo a integridade dos dados;

Após o estabelecimento, a interface deverá ser testada e homologada pelas partes envolvidas (Contratada e Contratante) e a rotina deverá ocorrer diariamente, durante toda vigência contratual;



Será de responsabilidade da Contratante fiscalizar o funcionamento da interface (troca de informações), junto a contratada e aos responsáveis pelas informações pertinentes.

19. GARANTIA TECNOLÓGICA

Ao final do contrato, não havendo interesse em renovação por parte desta Administração, a empresa fornecedora do sistema deverá garantir o direito de acesso à consulta e impressão dos Livros Fiscais Eletrônicos escriturados e dos documentos de arrecadação gerados, permitir acesso aos canais de comunicação para dirimir dúvidas relativas ao período escriturado, disponibilizar todos os diálogos efetuados entre os atendentes e as empresas que utilizaram os canais de comunicação, buscando esclarecimentos quanto a operacionalização do sistema durante a vigência do contrato. Esta garantia deverá ser de até 06 (seis) meses após a vigência contratual.

20. FUNCIONALIDADES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS DO SISTEMA

O sistema deve ser acessado por ambiente com conexões SSL, com Certificação Segura e Criptografada do Transporte das Informações https.

O aplicativo deve ter todas suas funcionalidades via WEB ser acessado pelos principais browsers do mercado, sem emulação, como o Internet Explorer 10 ou superior, Mozila Firefox 41 ou superior ou Google Chrome. Totalmente desenvolvido com linguagem de programação para a WEB.

20.1. Módulo de Gestão de ISSQN e Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica 20.1.1 Cadastro de Contribuintes:

- Deverá possibilitar a apresentação dos dados cadastrais, bem como possibilitar o cadastramento de contribuintes do município contendo as seguintes especificações: CPF / CNPJ do contribuinte, inscrição municipal, inscrição estadual, senha de acesso provisória, nome/razão social, nome fantasia, e-mail; tipo de contribuinte (Prestador ou Tomador); tipo de pessoa (Física ou Jurídica); Status do Contribuinte (Ativo ou Inativo);
- Deverá apresentar campos para a colocação de endereço do estabelecimento e endereço de correspondência;
- Dar a possibilidade da utilização do mesmo endereço do estabelecimento para o endereço de correspondência sem a necessidade de redigitação;
- Deverá apresentar sistemática de identificação de Regime Tributário do contribuinte como por exemplo: Prestador Normal, Simples Nacional, Banco, MEI, Eventual, Pedágio, Órgão Público;
- Deverá permitir o registro do histórico de regime, identificando data início e data fim de cada regime tributário, possibilitando editar, excluir ou inserir o regime vigente, bem como os regimes registrados em histórico para fins de reconhecimento



do regime retroativo, visto que regimes diferentes possuem parâmetros diferenciados.

- Deverá apresentar sistemática de identificação de Situação Fiscal do contribuinte como por exemplo: Isenções, Imunidades e Reduções de Base de Cálculo;
- Deverá apresentar identificação de Substituição Tributária;
- Deverá apresentar campos para o cadastramento de sócios das empresas, contendo nome, endereço, telefone, e-mail e CPF. Caso o sócio já esteja cadastrado possibilitar apenas a visualização dos dados;
- Deverá apresentar campos para inserção da atividade de prestação de serviço do contribuinte, com controle de histórico.

20.1.2 AIDF Eletrônica:

- Deverá apresentar funcionalidades para que o contribuinte solicite de forma eletrônica a Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF-eletrônica);
- Deverá controlar a sequência numérica histórica de cada solicitação para cada tipo/série, evitando assim erros na solicitação;
- Deverá apresentar histórico de solicitações de AIDF's com acesso tanto para os contribuintes quanto para seus contadores onde estas empresas foram assinaladas;
- Deverá possibilitar ao contribuinte o acompanhamento do consumo de notas ficais escrituradas por autorização emitida e o estoque de notas fiscais disponíveis;
- Deverá possuir ferramenta para análise das solicitações de AIDF, permitindo a autorização total ou parcial bem como a recusa da solicitação;
- Deverá ter mecanismos que possibilite a autorização automática, quando obedecidas regras iniciais estabelecidas.

20.1.3 Escrituração de Serviços Prestados e NFS-e:

- Deverá permitir que as NFS-e sejam emitidas de 3 (três) formas a saber: digitação, remessa de arquivo para emissão por lote e via WebService;
- Deverá apresentar mecanismos para seleção do tipo de tomador do serviço prestado bem como mecanismos de busca automática dos tomadores através de CNPJ / CPF, CCM ou razão social trazendo as informações previamente cadastradas, permitindo apenas a alteração do e-mail, para envio da nota;
- Deverá apresentar dispositivo onde o emissor da NFS-e possa efetuar o cadastramento de tomadores de fora do município ou pessoa física, caso ainda não constem no banco de dados da prefeitura. Uma vez cadastrado, o sistema devera disponibilizar a informação para todos os prestadores de serviço;
- Deverá apresentar somente as atividades cadastradas para o prestador em questão;
- Deverá interpretar as regras tributarias definidas pela Lei Complementar 116/2003 indicando o responsável pelo pagamento do tributo, com base nas características do prestador, tomador, serviço prestado e local da prestação do serviço, como segue:



- ✓ Escrituração de Serviço que remete o pagamento do tributo ao prestador de serviço;
- ✓ Escrituração de Serviço que remete o pagamento do tributo ao tomador de serviço;
- ✓ Escrituração de Serviço que remete o pagamento do tributo ao tomador de serviço por ele ser um substituto tributário;
- Deverá permitir que o contribuinte lance os valores das retenções de tributos federais;
- Deverá apresentar mecanismos que permitam cadastrar logotipo do prestador para que o mesmo seja impresso na NFSe;
- Deverá apresentar mecanismos que permitam visualizar a nota antes de sua emissão. A visualização da nota deverá apresentar uma tarja mostrando que a mesma é apenas para visualização;
- Deverá apresentar possibilidade de substituição de nota fiscal eletrônica de serviço emitida informando o motivo da substituição;
- Deverá apresentar possibilidade de cancelamento de nota fiscal eletrônica de serviço emitida informando o motivo do cancelamento bem como o e-mail para envio da informação ao tomador;
- Deverá apresentar dispositivos que permitam os contribuintes converter RPS Recibo Provisório de Serviço em notas fiscais eletrônicas de serviço, trazendo a tela os RPS escriturados para a conversão;
- As notas fiscais deverão ter um número randômico de segurança, vinculado a nota fiscal eletrônica emitida;
- Deverá lançar a nota emitida automaticamente no "livro de prestador de serviços";
- Deverá enviar automaticamente por e-mail para os tomadores de serviços que receberem notas fiscais eletrônicas com identificação da prefeitura e um link para acesso direto aos dados da nota;
- Deverá solicitar aos tomadores de serviços que receberem notas fiscais eletrônicas a confirmação dessa nota. Após a confirmação dessa nota o sistema devera registrá-la automaticamente no livro de serviços tomados;
- Deverá apresentar histórico de todas as notas emitidas dentro de um período selecionado bem como a reimpressão destas notas a qualquer tempo, com GRANDE DESTAQUE às notas que eventualmente forem canceladas (do tipo tarja diagonal colorida com informação CANCELADA);
- Deverá possibilitar a reimpressão de notas em lote;
- Deverá possibilitar a geração de carta de correção eletrônica, permitindo a alteração da discriminação do serviço;
- Deverá possibilitar o reenvio de notas para o e-mail do tomador;
- Deverá dar a possibilidade de emissão de boletos de pagamento avulso, com objetivo de antecipação de pagamento da obrigação principal, indicando de se tratar de pagamento de ISSQN para serviços prestados, informado o período de competência, possibilitando a digitação de valores não vinculados a lançamentos;



- Deverá apresentar funcionalidades para encerramento dos lançamentos de forma automática e manual (livro eletrônico) do período de competência lançado;
- Uma vez encerrado determinado período o contribuinte poderá efetuar correções através de lançamento complementar/substitutivo. Onde o sistema deverá preservar os lançamentos originais e expor no livro fiscal eletrônico, tanto os lançamentos válidos quanto os lançamentos substituídos e cancelados;
- Deverá efetuar a emissão de boletos automaticamente ao encerrar a escrituração normal e/ou complementar/substitutiva, completamente vinculado a esta escrituração e abatendo valores gerados anteriormente via boletos avulsos;
- Deverá possibilitar a exportação de dados das escriturações para os sistemas contábeis (evitando-se assim a redigitação de lançamento) em padrão XML para que o contribuinte possa fazer a guarda desses arquivos;
- O sistema deverá ter funcionalidades para consulta de autenticidade de notas fiscais eletrônicas, utilizando o seu número randômico (para preservação do sigilo fiscal do contribuinte).

20.1.4 Escrituração de Serviços Tomados:

- Deverá possibilitar a seleção do período de competência para lançamento;
- Deverá permitir escrituração via digitação, de notas fiscais, identificando número da nota, data de emissão, série e subsérie, natureza dos serviços (código do serviço);
- Deverá permitir a identificação dos prestadores de serviço Pessoa Física (dentro ou fora do município) Identificada – através do CPF e Pessoa Jurídica (dentro ou fora do município) Identificada – através do CNPJ;
- Deverá apresentar consulta de prestadores por Inscrição Municipal, CPF / CNPJ e por Nome/Razão Social, apresentando assim as demais informações, se o mesmo estiver no cadastro do sistema e dar condições para cadastro se o mesmo não estiver no cadastro do sistema;
- Deverá interpretar as regras tributarias definidas por legislação municipal indicando o responsável pelo pagamento do tributo, com base nas características do prestador, tomador, serviço prestado e local da prestação, como segue:
 - ✓ Escrituração de Serviço que remete o pagamento do tributo ao prestador de serviço;
 - ✓ Escrituração de Serviço que remete o pagamento do tributo ao tomador de serviço;
 - ✓ Escrituração de Serviço que remete o pagamento do tributo ao tomador de serviço por ele ser um substituto tributário;
- O sistema deverá efetuar o cálculo automático do tributo, com base nas informações acima lançadas;
- Deverá possibilitar a escrituração das informações demonstradas acima, a partir de arquivo em lote no formato texto, sendo que:



- ✓ Deverá fazer uma crítica prévia desta massa de dados para evitar a entrada de dados sabidamente errados e indicar quais são estes erros;
- ✓ Deverá possibilitar a entrada de dados via digitação e remessa de arquivos concomitantemente;
- Deverá dar a possibilidade de emissão de boletos de pagamento avulso, com objetivo de antecipação de pagamento da obrigação principal, indicando de se tratar de pagamento de ISSQN para serviços tomados, informado o período de competência, possibilitando a digitação de valores não vinculados a lançamentos;
- Deverá apresentar funcionalidades para encerramento dos lançamentos de automática e manual (livro eletrônico) do período de competência lançado;
- Uma vez encerrado determinado período o contribuinte poderá efetuar correções através de lançamento complementar/substitutivo. Onde o sistema deverá preservar os lançamentos originais e expor no livro fiscal eletrônico, tanto os lançamentos válidos (últimos lançamentos encerrados) quanto os lançamentos editados/cancelados (lançamentos corrigidos);
- Deverá efetuar a emissão de boletos automaticamente ao encerrar a escrituração normal e/ou complementar/substitutiva, completamente vinculado a esta escrituração e abatendo valores gerados anteriormente via boletos avulsos de que trata o item anterior.

20.1.5 Controle e Cadastros de Obras.

- Deverá possibilitar a identificação do Responsável / Proprietário da Obra informando o CPF/CNPJ, Nome/Razão Social e CCM se houver;
- Deverá possibilitar a informação do Local da Obra, com CEP, Logradouro, Número, Complemento, Zona, Quadra e Lote;
- Deverá possibilitar a informação dos dados de Processo de Regularização da Obra, com o Data, Número e Ano do Processo, Data do Cadastro e a Data do Habite-se;
- Deverá permitir a inserção de dados para a obtenção de valores da obra, com base no Tipo da Obra (Residencial, comercial, industrial e misto), Área em M2, Custo Básico, Porcentagem e Alíquota;
- Deverá permitir opções para pagamento do ISS sobre a obra para pagamento a vista, a prazo ou no decorrer da obra;
- Apresentar valor do ISS com base nas informações acima declaradas;
- Deverá permitir a geração de boletos para pagamento de ISS sobre a obra;
- Permitir consultar as obras já cadastradas no sistema;
- Permitir a exclusão de obra, a não ser que a mesma já tenha boletos gerados ou vínculo com Notas Fiscais emitidas;
- Deverá permitir o espelhamento de obra para que se otimize o processo de cadastro da mesma.



20.1.6 Escrituração de Serviços da Construção Civil.

- Nos módulos de Escrituração de Serviços prestados ou tomados, quando for lançado um código de serviço do grupo da construção civil (7.02 e 7.05), o sistema:
 - ✓ Deverá permitir vínculo com a obra objeto da emissão desta nota fiscal previamente cadastradas;
 - ✓ Deverá permitir a informação do valor total da nota fiscal, bem como o valor do serviço executado, abatendo assim o montante de dedução de materiais;
 - ✓ Deverá permitir o vínculo de dedução de notas de obras subempreitadas já prestadas utilizando processo informado.

20.1.7 Escrituração de Serviços Prestados e/ou Tomados por empresas sem estabelecimento no município.

- Deverá permitir a escrituração através de um dispositivo em módulo específico de prestador e/ou tomador de serviços que garanta a possibilidade das empresas não estabelecidas escriturarem notas fiscais de serviços prestados e/ou tomados, no módulo específico disponibilizado para sua utilização;
- Deverá permitir que essas empresas não estabelecidas possam se autocadastrar, sem haver a necessidade de ir à Prefeitura, ou seja, o autocadastramento deve ser feito pela empresa no sistema informatizado;
- Deverá alertar a Administração quanto a liberação para o primeiro acesso do autocadastramento;
- Deverá permitir o encerramento (não obrigatório) da competência do livro fiscal com a geração automática da guia de arrecadação municipal contendo data do vencimento e valores calculados e condizentes com as atividades e alíquotas;
- Deverá permitir a escrituração retificadora do livro fiscal e novo encerramento pertinente à competência escolhida, apresentando a movimentação total das escriturações, contendo os registros da retificação (inclusão/exclusão de documento fiscal e/ou alteração de valor), gerando guia de arrecadação municipal complementar com valor do imposto referente às alterações realizadas. Essa funcionalidade não se torna necessária no caso de Nota Fiscal Eletrônica.

20.1.8 Escrituração de Órgão Públicos

Deverá possibilitar o lançamento da compra de serviços sujeitos ou não à substituição tributária, permitindo que os órgãos públicos federais, estaduais e municipais possam se autocadastrar eletronicamente sem haver a necessidade de ir à Prefeitura, ou seja, o autocadastramento deve ser feito pelo órgão público no módulo específico (cadastro este validado pela municipalidade) disponibilizado para sua utilização, via internet para, no ato do cadastramento, obedecer às regras da legislação vigente, permitindo que os mesmos possam efetuar suas escriturações de serviços tomados, bem como a validação de notas fiscais e documentos



eletrônicos auxiliares de nota fiscal, obedecendo as mesmas necessidades contábeis quanto a emissão da guia de arrecadação municipal;

- Deverá permitir que a Prefeitura possa escriturar, validar e efetuar as devidas retenções dos serviços por ela tomados, emitindo o recibo de retenção, bem como obedecendo às regras e necessidades contábeis da Prefeitura quanto à emissão da guia de arrecadação municipal, permitindo ainda que suas secretarias e autarquias possam, individualmente, efetuar suas escriturações, bem como a validação de notas fiscais e documentos eletrônicos auxiliares de nota fiscal, de serviços tomados;
- Deverá permitir o encerramento da competência do livro fiscal com a geração automática da guia de arrecadação municipal, que poderá ser inferior ao valor mínimo estipulado em Lei, contendo data do vencimento e valores calculados e condizentes com as atividades e alíquotas.
- Deverá permitir a escrituração retificadora do livro fiscal e novo encerramento pertinente à competência escolhida, apresentando a movimentação total das escriturações, contendo os registros da retificação (inclusão/exclusão de documento fiscal e/ou alteração de valor), gerando guia de arrecadação municipal complementar com valor do imposto referente às alterações realizadas.

20.1.9 Contadores

- Deverá possibilitar que contadores possam se autocadastrar no sistema e utilizá-lo após liberação por intermédio de um funcionário da prefeitura com poderes para esta atividade (senha que permita esta operação).
- Os contadores poderão constituir sua conta corrente de clientes, nos seguintes moldes:
 - ✓ Se o cliente (contribuinte) não estiver vinculado a nenhum outro contador, este vínculo poderá ser constituído por qualquer uma das partes (contador / contribuinte;
 - ✓ Se o cliente já estiver vinculado a outro contador, um novo vínculo somente poderá ser efetuado após o rompimento do vínculo antigo;
- Quem pode romper vínculo vigente são: 1 contador, 2 cliente (contribuinte) e 3
 prefeitura, individualmente;
- Os contadores, através da utilização de sua senha de contador, poderão ter acesso ao sistema para gerenciar as obrigações principais e acessórias de cada um de seus clientes (contribuintes), sendo que os lançamentos efetuados terão indicação de quem os efetuou (contador e/ou contribuinte);
- O módulo deverá possibilitar a remessa de arquivos dos lançamentos efetuados (já digitados) nos softwares de contabilidade, através de layout próprio, evitando-se assim um retrabalho deste profissional.



20.1.10 Mecanismo de Administração de Compensação Financeira

- Deverá possibilitar que a Prefeitura administre as eventuais compensações fiscais permitindo que as mesmas sejam abatidas do valor devido do ISSQN quando do encerramento do mês;
- Deverá controlar as informações de período, valor, número de parcelas, número de processo.

20.1.11 Mecanismo de Serviços Especiais

- Deverá disponibilizar ao Fisco Municipal e aos Contribuintes mecanismo de simulação de tributação para validar as regras de tributação adotadas no município com vistas ao combate da evasão de receita, de forma a orientar os evolvidos (Fisco e Contribuinte) onde e quem deve pagar o tributo;
- Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte.

20.1.12 Domicílio Tributário Eletrônico

- Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes;
- Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE.
- Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente;
- Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas:
- Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado;
- Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas;
- Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos;
- Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo;
- Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a ser lida" sempre que o destinatário efetuar o login do sistema.

20.1.13 Fiscalização Eletrônica

- Deverá apresentar dispositivos para a administração das ações fiscais efetuadas;
- Deverá apresentar dispositivos para que o responsável pelo setor possa efetuar o encaminhamento e acompanhamento de ordens de serviços para os fiscais, com determinação de prazo para execução;
- Controle e geração de termos / notificações via sistema, como segue:



- ✓ TIF Termo de Início de Fiscalização;
- ✓ NOT (Apresentação de Documentos);
- ✓ NOT (Notificação de Ocorrências);
- ✓ AIIM Auto de Infração e Imposição de Multa;
- ✓ Auto de Apreensão;
- ✓ TCF Termo de Conclusão de Fiscalização;
- Deverá apresentar dispositivos para controle de recepção e devolução de documentos;
- Deverá apresentar dispositivos para elaboração de planilha de cálculo dos termos fiscais, com respectivo cálculo de correções monetárias, juros e multa de mora (parametrizados de acordo com a legislação municipal).
- Deverá apresentar dispositivos para controle de notificações avulsas.
- Deverá permitir o cadastramento de modelos de notificação para utilização no aplicativo móvel

20.1.14 Acompanhamento Fiscal via aplicativo móvel

- O aplicativo deverá estar disponível nas principais plataformas (Ex. Android, IOS);
- O aplicativo deverá estar disponível na área de downloads do painel de acesso do sistema;
- O acesso ao aplicativo deverá utilizar as mesmas credenciais (login e senha) de entrada do sistema web;
- O aplicativo deverá permitir que o usuário altere seu Nome, E-mail, Telefone e Senha;
- O aplicativo deverá possuir:
- Painel de Acompanhamento de Notificações:
 - ✓ Disponibilizar acompanhamento gráfico do volume de notificações emitidas das obrigações principais e acessórias;
 - ✓ Disponibilizar acompanhamento gráfico da evolução do volume de notificações emitidas por mês, separadas por tipo de notificação e a quantidade total de notificações geradas;
- Consulta de Contribuintes:
 - ✓ Possuir consulta dinâmica, onde o termo pesquisado deverá consultar qualquer informação presente no cadastro;
 - ✓ Os resultados deverão ser apresentados em forma de blocos, onde cada bloco é um contribuinte encontrado, com uma distinção em cores, identificando o tipo de contribuinte (Pessoa Física, Pessoa Jurídica Estabelecida, Pessoa Jurídica Não Estabelecida);
- Cada bloco deverá permitir o acesso aos dados detalhados do cadastro do contribuinte selecionado, com no mínimo as seguintes informações:
 - Dados Cadastrais



✓ Deverá apresentar em modo somente leitura as seguintes informações do contribuinte: (CPF/CNPJ, Inscrição Municipal, Data de Abertura da Empresa, Inscrição Estadual, Razão Social, Nome Fantasia, Endereço de Localização, E-mail, Telefone, Situação e Data do Cadastro);

Dados Fiscais

✓ Deverá apresentar em modo somente leitura as seguintes informações do contribuinte: (Tipo de Contribuinte, Regime Tributário, Benefício Fiscal, Emissor de NFSe, Substituto Tributário, Solicitação de AIDF, Controle de Sequência de Notas);

Serviços Vinculados

✓ Deverá apresentar em modo somente leitura os dados dos serviços vinculados ao contribuinte, bem como também o regime de lançamento (Homologação, Estimado ou Fixo) e se o regime for estimado, apresentar o valor estimado pela Prefeitura para o contribuinte;

Dados Financeiros

- ✓ Deverá apresentar em modo somente leitura os dados em bloco das movimentações de serviço prestado e tomado do contribuinte, separados por competência. Identificando a situação atual do movimento econômico (Aberto, Encerrado, Reaberta) através de uma distinção em cores, onde deverá apresentar no mínimo as seguintes informações: (Competência, Tipo de Lançamento (Prestado ou Tomado), Valor de Faturamento/Movimento, Situação da Competência, Valor do ISSQN Lançado e Valor do ISSQN Pago).
- ✓ Cada bloco deverá permitir o acesso detalhados dos dados financeiros do contribuinte selecionado, em modo somente leitura, com no mínimo as seguintes informações: (CPF/CNPJ do Contribuinte, Inscrição Municipal, competência, Situação da competência, Regime Tributário, Faturamento / Movimento, Base de Cálculo, ISS Lançado (Serv. Prestados), ISS Pago (Serv. Prestados), ISS Retido (Serv. Tomados), ISS Pago (Serv. Tomados), Total de ISS Lançado, Total de ISS Pago)
- ✓ Deverá apresentar o rol de notas de serviço prestados e tomados pelo contribuinte na competência, este rol deverá ser apresentado em forma de blocos, onde deverá haver uma identificação visual da situação de tributação (Tributada no Prestador, Retido no Tomador, Não Tributado no Município, Isenta, Imune), contendo no mínimo as seguintes informações: Número da Nota, Tributação, CPF/CNPJ do Tomador (ou



prestador no caso de serviços tomados), Razão Social do Tomador(ou prestador no caso de serviços tomados), Valor da Nota e Valor do ISS;

- ✓ Deverá permitir a exibição da nota fiscal quando acionado o bloco de informações de uma nota especifica;
- Deverá permitir a qualquer momento na consulta do cadastro de contribuinte o acionamento da função para criar uma notificação, remetendo então o usuário para a tela de abertura de notificação já com os dados do contribuinte preenchidos, lembrando ainda que se o contribuinte já foi notificado e esta notificação ainda estiver no prazo para recurso, o aplicativo deverá dar um alerta da notificação em curso;

• Geração de Notificação

- ✓ Deverá permitir a geração de notificação individual a partir da consulta do contribuinte, trazendo no mínimo as seguintes informações: CPF/CNPJ do Contribuinte, Inscrição Municipal, Razão Social;
- ✓ Deverá permitir que o usuário informe o tipo de obrigação (Principal / Acessória);
- ✓ Deverá permitir que o usuário informe o prazo para resposta da notificação;
- ✓ Deverá permitir que o usuário escolha o tipo de notificação, que deverá estar previamente cadastrado na ambiente web;
- ✓ Deverá permitir que o usuário selecione os documentos que o contribuinte deverá apresentar ao fisco;
- ✓ Deverá permitir que o usuário registre uma nota de observação;
- ✓ Deverá permitir a pré-visualização da notificação;
- ✓ Deverá encaminhar automaticamente a notificação gerada para o e-mail do contribuinte;
- ✓ Deverá encaminhar automaticamente a notificação gerada para o domicilio tributário eletrônico do contribuinte;

• Consultas das Notificação do Fiscal Logado

- ✓ Deverá apresentar todas as notificações emitidas pelo usuário logado, apresentando no mínimo os seguintes dados: Número da Notificação, Data da Notificação, prazo de recurso, prazo decorrido, tipo de notificação, cpf/cnpj do contribuinte, inscrição municipal do contribuinte e a razão social;
- ✓ Deverá ter uma identificação visual do prazo de vencimento do atendimento da notificação;
- ✓ Deverá permitir a visualização da notificação, com a possibilidade de reenvio por e-mail ou geração de PDF;



20.1.15 Mecanismo para Relatórios Gerenciais

- Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes relatórios gerenciais e estatísticos para o perfeito gerenciamento:
 - ✓ Maiores Prestadores de Serviços geral;
 - ✓ Maiores Prestadores de Serviços mês a mês;
 - ✓ Maiores Devedores do ISSQN;
 - ✓ Lista de Serviços Atividades Cadastradas detalhando: porcentagem de incidência e retenção e valores do ISSQN para Contribuintes enquadrados no regime fixo;
 - ✓ Empresas Vinculadas por Atividade;
 - ✓ Comparativo por Média de todas as Atividades;
 - ✓ Atividades Adquiridas de Empresas de Fora do Município;
 - ✓ Histórico Detalhado de todos os Boletos Gerados;
 - ✓ Contribuintes Vinculados por Contador;
 - ✓ Resumo das Operações efetuadas por Contador;
 - ✓ Resumo dos Contribuintes que Excederam o Limite de Estimativa;
 - ✓ Resumo de Contribuintes Omissos de Escrituração junto ao sistema;
 - ✓ Resumo Detalhado de Débitos Pendentes por Contribuinte;
 - ✓ Controles das Retenções do ISSQN por Nota Fiscal, por valor faturado e por valor do imposto retido;
 - ✓ Resumo Detalhado da Agenda Fiscal por Agente;
 - ✓ Relatório da Ficha Financeira por Contribuinte;

20.2 Módulo de Escrituração de Cartórios

- Deverá conter no mínimo 04 (quatro) cadastros de cartórios de diferentes características de atribuição (Tabelionato de Notas, Registro Civil, Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Protestos de Títulos);
- Deverá permitir o cadastro dos Cartórios com obrigatoriedade de CNPJ, Nome, Atribuição, Endereço, E-mail, Telefone, responsável, data de abertura, encerramento e inscrição municipal.
- Deverá permitir o cadastro de todos os atos disponibilizados anualmente pela ANOREG por atribuição, bem como os valores e repasses vinculados.
- Deverá permitir o Cadastro de Responsáveis pelos cartórios, com obrigatoriedade de CPF, RG, Nome, Endereço, Telefone e E-mail;
- Deverá permitir a escrituração eletrônica dos serviços prestados pelos cartórios de acordo com suas atribuições, contendo informações específicas da atividade conforme legislação vigente, tais como base de cálculo para a definição do ISSQN, bem como a exibição dos valores de repasse.
- Deverá permitir a importação em lote dos serviços prestados pelos cartórios através de arquivo texto, com leiaute definido pela contratada, afim de agilizar o processo de escrituração de serviços prestados.



- Deverá permitir a escrituração eletrônica dos serviços tomados pelos cartórios por meio de digitação;
- Deverá permitir a importação em lote dos serviços tomados pelos cartórios através de arquivo texto, com leiaute definido pela contratada, afim de agilizar o processo de escrituração de serviços tomados.
- Deverá permitir a escrituração dos serviços tomados pelos cartórios por meio de digitação das notas tomadas;
- Deverá permitir o acompanhamento de toda movimentação declarada pelos cartórios, tanto prestado quanto tomado, trazendo informações detalhadas como o calendário fiscal, movimento econômico e tributário, débitos gerados e pagamentos.
- Deverá permitir a visualização das escriturações, solicitando sua confirmação para que o movimento seja fechado para o encerramento do mês de competência e consequente geração de imposto.
- Deverá permitir a geração automática dos livros de encerramento de serviços prestados e tomados.
- Deverá gerar Boletos de forma automática, calculando os acréscimos moratórios se necessários.

20.3 Módulo de Escrituração das Instituições Financeiras

- Deverá dispor de mecanismo para responder questionário fiscal no primeiro acesso da Instituição financeira;
- Deverá ter a possibilidade para visualização das Respostas do Questionário referente ao contribuinte;
- Deverá permitir a manutenção de cadastro de funcionários e dispor de mecanismo para buscar todos funcionários cadastrados bem como apresentar funcionalidades de perfil de acesso entre usuário comum e administrador;
- Deverá conter no mínimo 04 (quatro) cadastros de contribuintes de instituições financeiras diferentes;
- Cada contribuinte deverá apresentar plano de contas com no mínimo 1000 (mil) registros de rubricas;
- Deverá sinalizar quando existir planos de contas que estão aguardando Homologação;
- Deverá ter opção para a recepção do plano de contas, aplicando as sugestões de enquadramento de atividades, de acordo com a Lei Complementar 116/2003, bem como permitir a recusa do plano de contas;
- Deverá possibilitar ao fiscal o enquadramento de tributação em contas da instituição;
- Deverá apontar no mínimo as seguintes divergências no plano de contas:
 - Divergência de Enquadramento;
 - Divergência de Planos de Contas Homologados Anteriormente;



- Deverá ter a possibilidade de exibição do histórico de envios, recepção e homologação dos planos de contas;
- Deverá disponibilizar filtros nos planos de contas para que a fiscalização consiga pesquisar um grupo inteiro de itens dentro do COSIF;
- O sistema deverá ter filtros específicos para facilitar a identificação das Contas tributadas e não tributadas;
- Deverá apresentar os dados de tributação informada pela instituição;
- Deverá apresentar o cruzamento entre as versões dos planos de contas importados sinalizando as alterações realizadas (contas incluídas e excluídas);
- Cada contribuinte deverá apresentar balancete correspondente ao plano de contas importado no sistema;
- Deverá apresentar funcionalidade para selecionar a agência bancária desejada e visualizar a sua movimentação, boletos gerados dos serviços prestados e serviços tomados e visualizar os débitos;
- Deverá apresentar funcionalidade para selecionar a agência bancária desejada e visualizar o calendário fiscal de serviços prestados e serviços tomados possibilitando acompanhar os lançamentos dos balancetes e escriturações das notas fiscais tomadas;
- Deverá informar a fiscalização quando houver conta recusada no balancete e seu motivo;
- Deverá permitir correções do livro fiscal de serviços prestados e tomados somente via lançamento substitutivo. Neste caso o sistema deverá preservar os lançamentos originais e expor no livro fiscal eletrônico, tanto os lançamentos válidos (últimos lançamentos) quanto os lançamentos editados/cancelados (lançamentos corrigidos).
- Deverá possibilitar a emissão de boletos automáticos ao encerramento de escrituração normal e/ou substitutiva dos serviços prestados e tomados, completamente vinculado a esta escrituração e abatendo valores gerados anteriormente via boletos avulsos;
- Deverá permitir o agrupamento de boletos caso possua mais de 1 (um) gerado na competência;
- Deverá apresentar dispositivos para que o responsável pelo setor possa efetuar o encaminhamento e acompanhamento de ordens de serviços para os fiscais, com determinação de prazo para execução e seu respectivo monitoramento.
- Deverá apresentar funcionalidade para gerar os documentos:
 - TIF Termo de Início de Fiscalização;
 - Notificação;
 - Intimação;
 - Auto de Infração;
 - Auto de Apreensão;
 - TCF Termo de Conclusão de Fiscalização;
- Deverá apresentar a funcionalidade de Gerar Planilha de Cálculo;



- Deverá apresentar mecanismo de rotina de protocolo onde registra e imprime protocolo de recebimento e devolução dos documentos solicitados pela fiscalização;
- Deverá apresentar dispositivos para consulta de notificações pelos seguintes filtros:
 - Inscrição Municipal;
 - Fiscal Responsável pela fiscalização;
 - Número e Ano da Ordem Fiscal;
 - Situação (Aberta, Entregue, Encerrada ou Todas)
- Deverá apresentar módulo de comunicação permitindo envio de mensagens pela Prefeitura e respostas das Agências Bancárias/Instituições Financeiras, com indicação de data e horário de recebimento e leitura das mensagens.
- Deverá permitir a troca de mensagens pelo fisco municipal com seus contribuintes para questionamentos, notificações e intimações;
- Deverá permitir que a prefeitura envie mensagens com a escolha do destino que poderá ser para um ou mais destinatários da mesma instituição.
- Deverá sinalizar as novas mensagens recebidas na caixa postal virtual do contribuinte e da prefeitura.
- Deverá possuir área de downloads para consulta de manuais, leis e instruções normativas.
- Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes relatórios gerenciais:
 - Contas recusadas pelo Contribuinte no Balancete;
 - Devedores;
 - Maiores Arrecadadores;
 - Planos de contas homologado com alteração;
 - Comparativo de Recolhimento;
 - Cruzamento de Balancetes;
 - Boletos Gerados;
 - Lançamento de ISS;
 - Débitos de ISS.

20.4 Módulo do Simples Nacional

Neste modulo deverá conter no mínimo 1000 (mil) registros de empresas enquadradas no regime simplificado para:

- Possibilitar demonstração e acompanhamento das movimentações econômicas tributárias dos contribuintes, permitindo a visualização detalhada dos dados tributários de forma segregada, bem como também a visualização dos dados de movimentação declarada no sistema de emissão de nota fiscal eletrônica;
- Gerar alertas automáticos onde serão apresentadas Divergências Explicitas como Faturamento e Omissões, onde o usuário poderá analisar através de cruzamento de informações, podendo adicionar observações a estes alertas bem como a inserção de anexos (formatos pdf, xls, doc);



- Possibilitar o cruzamento das informações declaradas pelo contribuinte na RFB com os dados declarados à prefeitura;
- Permitir a geração de notificações individuais ou em lote por tipo de divergência (Faturamento, ISS, Limites) com a possibilidade de desenquadramento do Simples Nacional, elaborando arquivo definido pela RFB que poderá ser enviado ao PORTAL da RFB para o desenquadramento;
- Permitir a geração de relatórios gerenciais, contendo todas as informações declaradas a RFB e a Prefeitura. Dentre os relatórios a serem disponibilizados, devem conter no mínimo:
- Acompanhamento histórico de eventos e por período dos contribuintes enquadrados e desenquadrados do regime SIMPLES / MEI;
- Acompanhamento de Contribuintes que tiveram o Limite de Faturamento excedido em um período;
- Acompanhamento dos Contribuintes que tiveram as maiores arrecadações em um período;
- Cruzamento dos valores de faturamento versus os valores constantes nas NFS-e emitidas.
- Relatórios contendo contribuintes com cadastro na RFB e que não possuem cadastro no município, dentre outros.

20.5 Módulo para Registrar o Valor adicionado Fiscal dos contribuintes enquadrados no Regime Periódico de Apuração

- O sistema deve permitir trabalhar com múltiplos exercícios, onde o usuário poderá escolher a qualquer momento qual exercício ele poderá trabalhar.
- O Sistema deve permitir à consulta a tabela de CFOP's Códigos Fiscais de Operações e Prestações, contendo sua descrição e usabilidade.
- O Sistema deve permitir o cadastramento das informações jurídicas do responsável pela escrituração fiscal da empresa. No caso de escritório Contábil, ele deve associar todos os clientes que possui em sua carteira.
- O Sistema deve permitir a inclusão de novas empresas que não constam no Cadastro de Empresas Contribuintes do Estado.
- Sistema deve permitir o auto cadastramento das informações jurídicas do contribuinte. Estas informações devem ser validadas junto a Receita Federal e ao Cadastro das Empresas Contribuintes do Estado.
- Sistema deve permitir à consulta pelo CNPJ dos dados jurídicos da empresa diretamente do site da Receita Federal pelo CNPJ.
- O Sistema deve permitir a parametrização de fórmulas aritméticas simples por Código Fiscal de operação e prestação, utilizando os campos de lançamentos de cada um dos registros dos documentos fiscais.
- O Sistema deve permitir a parametrização de Fórmulas de Contrapartida por Código Fiscal de Operação e Prestação, comparando operações entre CFOP's.



- O Sistema deve permitir o cadastro dos textos padrões para as notificações, tendo a capacidade de utilizar recursos de formatação de texto, tais como negrito, itálico, sublinhado e cores.
- O Sistema deve permitir o cadastramento de todos os usuários com seu perfil de acesso.
- O Sistema deve permitir o envio das Guias de Informação e Apuração do ICMS, após o cadastramento dos dados do contribuinte.
- O Sistema deve permitir o envio do SPED Fiscal, após o envio das Guias de Informação e Apuração do ICMS.
- O sistema deve permitir a emissão do protocolo de entrega, após o envio das Guias de Informação e Apuração do ICMS e SPED Fiscal, este documento será a comprovação ao atendimento da obrigação acessória ao envio dos documentos.
- O Sistema deve permitir a leitura do Cadastro das Empresas Contribuintes do Estado que é emitido anualmente informando os municípios quais são as empresas que estão sediadas em seu território e também qual foi sua contribuição no valor adicionado no último exercício. Estas informações devem ser importadas para o sistema para que sejam mantidos o histórico e a evolução de cada um dos contribuintes.
- O Sistema deve permitir a recepção das Guias de Informação e Apuração do ICMS dos contribuintes enquadrados no Regime Periódico de Apuração nos formatos previstos no programa "Nova Gia", deve permitir a recepção da Escrituração Fiscal Digital (Sped Fiscal) na forma do Ato COTEPE/ICMS Nº 09, de 18 de abril de 2008 e suas atualizações.
- O Sistema deve possuir rotina para leitura das Guias de Informação e Apuração do ICMS apresentando dinamicamente o cruzamento das fórmulas previstas e com as declarações entregues de forma que o fiscal possa identificar automaticamente as possíveis inconsistências, e ainda, detalhar e cruzar as informações escrituradas nas CFOPs através do SPED.
- O sistema deve possibilitar a consulta e apresentar a leitura, somente das empresas que possuem inconsistências das fórmulas parametrizadas e/ou regras parametrizadas.
- O Sistema deve possuir rotina para apresentar, baseado nas EFD-Fiscal recepcionado dos contribuintes, quais as transportadoras que tomaram frete dentro do município e não apresentaram rateio em suas declarações ou se o Rateio conter valor diferente do valor apurado pelo sistema.
- O sistema deve possuir rotina para integração ao portal da Fazenda Estadual, importando para o banco de dados do sistema, todos os dados disponibilizados na GIA.
- O sistema deve possuir rotina para importação automática de todos os valores repassados e suas previsões de repasses semanais para consulta através de relatório e gráfico.



- O Sistema deve permitir a distribuição de Atividades pelo responsável pela área fiscal, em forma de tarefa, aos seus agentes fiscais para ser realizada a leitura e análise dos documentos, mês a mês.
- O Sistema deve permitir à consulta as atividades abertas e do encaminhamento a leitura e análise das informações fiscais.
- O Sistema deve permitir a emissão de notificações:
- Para correção de escrituração, caso o sistema encontre alguma irregularidade ou distorção na escrituração, o agente fiscal poderá emitir uma notificação solicitando a correção, informando os pontos encontrados e seu devido esclarecimento. Caso ocorra a correção, o contribuinte poderá substituir o documento, enviando uma nova versão para a Secretaria da Fazenda Estadual e também para o Município.
- Para Omissão Estadual, caso o sistema não encontre a declaração entregue para a Secretaria da Fazenda Estadual.
- Para Omissão Municipal, caso o sistema não encontre a declaração enviada.
- O sistema deve permitir controlar a evolução do valor adicionado do município através dos seguintes dispositivos sistêmicos:
- Apresentar o ranking dos contribuintes por representação na composição do Valor Adicionado do Município;
- Apresentar o ranking das atividades por representação na composição do Valor Adicionado do Município;
- Apresentar o ranking por região na composição do Valor Adicionado do Município;
- Disponibilizar curva ABC por Contribuição;
- Disponibilizar curva ABC por Atividade;
- Disponibilizar comparativo de contribuintes por Exercício;
- Disponibilizar comparativo de contribuintes por Exercício e Atividade;
- Disponibilizar comparativo de contribuintes por Exercício e Localidade;
- Emitir o Prontuário Fiscal do Contribuinte, demonstrando ao agente público a
 efetiva contribuição do contribuinte para a economia local, sua participação no
 valor adicionado, relacionamento com empresas locais e de fora do município;
- Controlar a produtividade das atividades por agente fiscal;
- Controlar quais empresas cada agente fiscal está responsável;
- Disponibilizar análise em gráfico da posição do município no ranking de municípios do estado, por valor adicionado.
- Disponibilizar análise em gráfico do desenvolvimento do valor adicionado do município, comparado com o estado, em pontos percentuais, apresentando suas curvas de crescimento ao longo do período dos últimos 5 anos.
- Disponibilizar análise em gráfico do desenvolvimento do valor adicionado do município, comparado com o estado, em valores absolutos, apresentando ao longo do período dos últimos 5 anos.
- Disponibilizar análise em gráfico do repasses efetuados para o Município, comparado com o total distribuído pelo Estado, em pontos percentuais, apresentando suas curvas de crescimento ao longo do período dos últimos 5 anos.



- Disponibilizar análise em gráfico do repasses efetuados para o Município, comparado com o total distribuído pelo Estado, em valores absolutos, ao longo do período dos últimos 5 anos.
- Disponibilizar análise em relatório da evolução dos repasses efetuados, mês a mês, comparando com o total distribuído pelo Estado, em valores absolutos, ao longo do período dos últimos 5 anos.
- Disponibilizar análise em relatório do comparativo entre exercícios, da posição no ranking, índice definitivo, índice Provisório, Valor adicionado definitivo e valor adicionado provisório.
- Disponibilizar análise em gráfico do desenvolvimento do valor adicionado e seu índice de participação.

21. DEMONSTRAÇÃO - PROVA DE CONFORMIDADE

A empresa classificada como 1ª colocada deverá apresentar a Prova de Conformidade que consistirá da apresentação e execução com, no mínimo, 90% das funcionalidades mínimas descritas no Termo de Referência item 20 e seus subitens.

A Prova de Conformidade permitirá a averiguação técnica da execução das funcionalidades e características do produto e sua real compatibilidade com os requisitos da solução.

Participarão da prova de Conformidade o representante credenciado da licitante, membros do corpo técnico da Prefeitura Municipal e demais interessados.

A Prova de Conformidade deverá ser realizada através da execução da totalidade das funcionalidades, em tempo real, "on-line" pela Internet, em ambiente web, conforme estabelecido no Termo de Referência, item 20 e seus subitens.

A Prova de Conformidade será avaliada conforme critérios objetivos constantes neste Termo de Referência, item 20 e seus subitens.

Durante a Prova de Conformidade serão feitos questionamentos à licitante permitindo a verificação dos requisitos constantes deste edital e Termo de Referência.

A Prefeitura disponibilizará computador para a Prova de Conformidade. A licitante deverá apresentar o seu sistema através de acesso normal a Internet, via https (ambiente seguro), utilizando portas comuns, livres de proxes e firewalls. Não será permitida qualquer conexão direta entre bancos de dados. Todos os demais recursos deverão ser trazidos pela licitante, se necessário.

Concluída a Prova de Conformidade da licitante de menor preço, verificada a comprovação ao atendimento das especificações obrigatórias mínimas, conforme fixado



neste Termo de Referência, item 20 e seus subitens, o(a) pregoeiro(a) anunciará a abertura do envelope referente aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO desta licitante.

Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação.

A verificação será certificada pelo Pregoeiro, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

A Prefeitura Municipal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será **inabilitada**.

Se a licitante não atender aos requisitos da Prova de Conformidade, o(a) pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a Prova de Conformidade da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Termo de Referência.

Não será permitido durante a realização da Prova de Conformidade:

- a) O uso de apresentações em slides ou vídeos quando tratarem da confirmação das especificações;
- b) A alteração, criação ou desenvolvimento de qualquer código fonte ou sua publicação;
- c) Aproveitamento de templates criados anteriormente para demonstrar itens diferentes descaracterizando a execução funcional do item que está sendo demonstrado;
- d) A infração de quaisquer das regras estabelecidas neste capítulo desclassificará a licitante.

22. CRITÉRIOS DE VERIFICAÇÃO DA PROVA DE CONFORMIDADE

A verificação da conformidade do objeto se destina a garantir que o proponente com menor oferta de preço possua o sistema adequado às necessidades do Município. Assim sendo, os sistemas serão submetidos à verificação técnica para apurar seu atendimento aos requisitos estabelecidos no Edital e em seu Termo de Referência Anexo.

A demonstração será realizada para comissão técnica constituída por profissionais da Prefeitura, nas dependências da Prefeitura, que disponibilizará sala apropriada. Os equipamentos serão operados por profissionais da empresa licitante que deverão se apresentar em até 48 (quarenta e oito) horas, em data e horário definido na sessão de classificação do vencedor, ficando desde já assegurada a presença e participação das demais licitantes que estarão impedidas de se manifestar durante a apresentação.



A demonstração será avaliada conforme critérios objetivos constantes no presente anexo.

A demonstração será realizada através da execução da totalidade das funcionalidades, em tempo real, "on-line" pela internet, em ambiente seguro (https) web, podendo a Prefeitura exigir a demonstração em equipamento pertencente à Administração. Não será aceita a execução do sistema através de emuladores e/ou simuladores.

A comissão técnica poderá, durante a demonstração do sistema, intervir com questionamentos e pedidos de esclarecimentos, o que a empresa licitante deverá, através dos expositores, responder de imediato.

Os requisitos serão avaliados sequencialmente obedecendo à ordem constante da tabela abaixo e seus respectivos requisitos, na ordem crescente de numeração. Não será permitida a apresentação do requisito subsequente sem que o anterior seja declarado pela comissão técnica como concluído.

O resultado da Verificação Técnica será fornecido imediatamente após a declaração de conclusão de cada requisito feita pelo licitante. O resultado da avaliação, da equipe técnica da Prefeitura, expresso por **ATENDE? SIM** ou **NÃO**, será publicado. Serão avaliados os requisitos e a empresa licitante será considerada APTA se conseguir atender a 164 itens do total de 182, que representa aproximadamente 90% dos requisitos funcionais exigidos para a prova de conformidade.

Na tabela apresentada a seguir estão elencados os itens exigidos para a verificação da conformidade do objeto, devendo ser ressaltado que a descrição de todos os itens apresentados a seguir, diz respeito a características funcionais requeridas para o sistema pretendido.

23. FUNCIONALIDADES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS PARA DEMONSTRAÇÃO, EXECUÇÃO E VERIFICAÇÃO (SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO).

		ATE	NDE?
ITEM	DESCRIÇÃO DAS FUNCIONALIDADES	SI	NÃ
		M	0
	Módulo de Gestão de ISSQN e Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrô	nica	
- Cac	lastro de Contribuintes		
	Deverá possibilitar a apresentação dos dados cadastrais, bem como		
	possibilitar o cadastramento de contribuintes do município contendo as		
1.	seguintes especificações: CPF / CNPJ do contribuinte, inscrição		
	municipal, inscrição estadual, senha de acesso provisória, nome/razão		
	social, nome fantasia, e-mail; tipo de contribuinte (Prestador ou		



	Tomador); tipo de pessoa (Física ou Jurídica); Status do Contribuinte	
	(Ativo ou Inativo);	
	Deverá apresentar campos para a colocação de endereço do	
2.	estabelecimento e endereço de correspondência;	
2	Dar a possibilidade da utilização do mesmo endereço do	
3.	estabelecimento para o endereço de correspondência sem a	
	necessidade de redigitação;	
_	Deverá apresentar sistemática de identificação de Regime Tributário	
4.	do contribuinte como por exemplo: Prestador Normal, Simples	
	Nacional, Banco, MEI, Eventual, Pedágio, Órgão Público;	
	Deverá permitir o registro do histórico de regime, identificando data	
	início e data fim de cada regime tributário, possibilitando editar, excluir	
5.	ou inserir o regime vigente, bem como os regimes registrados em	
	histórico para fins de reconhecimento do regime retroativo, visto que	
	regimes diferentes possuem parâmetros diferenciados;	
	Deverá apresentar sistemática de identificação de Situação Fiscal do	
6.	contribuinte como por exemplo: Isenções, Imunidades e Reduções de	
	Base de Cálculo;	
7.	Deverá apresentar identificação de Substituição Tributária;	
	Deverá apresentar campos para o cadastramento de sócios das	
8.	empresas, contendo nome, endereço, telefone, e-mail e CPF. Caso o	
	sócio já esteja cadastrado possibilitar apenas a visualização dos dados;	
9.	Deverá apresentar campos para inserção da atividade de prestação	
7.	de serviço do contribuinte, com controle de histórico;	
- AIDF	Eletrônica	
	Deverá apresentar funcionalidades para que o contribuinte solicite de	
10.	forma eletrônica a Autorização para Impressão de Documentos Fiscais	
	(AIDF-eletrônica);	
11	Deverá controlar a sequência numérica histórica de cada solicitação	
11.	para cada tipo/série, evitando assim erros na solicitação;	
	Deverá apresentar histórico de solicitações de AIDF's com acesso tanto	
12.	para os contribuintes quanto para seus contadores onde estas	
	empresas foram assinaladas;	
	Deverá possibilitar ao contribuinte o acompanhamento do consumo	
13.	de notas ficais escrituradas por autorização emitida e o estoque de	
	notas fiscais disponíveis;	
	Deverá possuir ferramenta para análise das solicitações de AIDF,	
14.	permitindo a autorização total ou parcial bem como a recusa da	
	solicitação;	
	[



	Deverá ter mecanismos que possibilite a autorização automática,	
15.	quando obedecidas regras iniciais estabelecidas;	
- Escri	turação de Serviços Prestados e NFS-e	
1/	Deverá permitir que as NFS-e sejam emitidas de 3 (três) formas a saber:	
16.	digitação, remessa de arquivo para emissão por lote e via WebService;	
	Deverá apresentar mecanismos para seleção do tipo de tomador do	
	serviço prestado bem como mecanismos de busca automática dos	
17.	tomadores através de CNPJ / CPF, CCM ou razão social trazendo as	
	informações previamente cadastradas, permitindo apenas a alteração	
	do e-mail, para envio da nota;	
	Deverá apresentar dispositivo onde o emissor da NFS-e possa efetuar o	
	cadastramento de tomadores de fora do município ou pessoa física,	
18.	caso ainda não constem no banco de dados da prefeitura. Uma vez	
	cadastrado, o sistema devera disponibilizar a informação para todos os	
	prestadores de serviço;	
19.	Deverá apresentar somente as atividades cadastradas para o	
17.	prestador em questão;	
	Deverá interpretar as regras tributarias definidas pela Lei Complementar	
	116/2003 indicando o responsável pelo pagamento do tributo, com	
	base nas características do prestador, tomador, serviço prestado e	
	local da prestação do serviço, como segue:	
20.	Escrituração de Serviço que remete o pagamento do tributo ao	
	prestador de serviço;	
	Escrituração de Serviço que remete o pagamento do tributo ao	
	tomador de serviço;	
	Escrituração de Serviço que remete o pagamento do tributo ao	
	tomador de serviço por ele ser um substituto tributário;	
21.	Deverá permitir que o contribuinte lance os valores das retenções de	
	tributos federais;	
22.	Deverá apresentar mecanismos que permitam cadastrar logotipo do	
	prestador para que o mesmo seja impresso na NFSe;	
00	Deverá apresentar mecanismos que permitam visualizar a nota antes	
23.	de sua emissão. A visualização da nota deverá apresentar uma tarja	
	mostrando que a mesma é apenas para visualização;	
24.	Deverá apresentar possibilidade de substituição de nota fiscal	
	eletrônica de serviço emitida informando o motivo da substituição;	
25	Deverá apresentar possibilidade de cancelamento de nota fiscal	
25.	eletrônica de serviço emitida informando o motivo do cancelamento	
	bem como o e-mail para envio da informação ao tomador;	
0.4	Deverá apresentar dispositivos que permitam os contribuintes converter	
26.	RPS – Recibo Provisório de Serviço em notas fiscais eletrônicas de	
	serviço, trazendo a tela os RPS escriturados para a conversão;	



27.	As notas fiscais deverão ter um número randômico de segurança, vinculado a nota fiscal eletrônica emitida;	
28.	Deverá lançar a nota emitida automaticamente no "livro de prestador de serviços";	
29.	Deverá enviar automaticamente por e-mail para os tomadores de serviços que receberem notas fiscais eletrônicas com identificação da prefeitura e um link para acesso direto aos dados da nota;	
30.	Deverá solicitar aos tomadores de serviços que receberem notas fiscais eletrônicas a confirmação dessa nota. Após a confirmação dessa nota o sistema devera registrá-la automaticamente no livro de serviços tomados;	
31.	Deverá apresentar histórico de todas as notas emitidas dentro de um período selecionado bem como a reimpressão destas notas a qualquer tempo, com GRANDE DESTAQUE às notas que eventualmente forem canceladas (do tipo tarja diagonal colorida com informação CANCELADA);	
32.	Deverá possibilitar a reimpressão de notas em lote;	
33.	Deverá possibilitar a geração de carta de correção eletrônica, permitindo a alteração da discriminação do serviço;	
34.	Deverá possibilitar o reenvio de notas para o e-mail do tomador;	
35.	Deverá dar a possibilidade de emissão de boletos de pagamento avulso, com objetivo de antecipação de pagamento da obrigação principal, indicando de se tratar de pagamento de ISSQN para serviços prestados, informado o período de competência, possibilitando a digitação de valores não vinculados a lançamentos;	
36.	Deverá apresentar funcionalidades para encerramento dos lançamentos de forma automática e manual (livro eletrônico) do período de competência lançado;	
37.	Uma vez encerrado determinado período o contribuinte poderá efetuar correções através de lançamento complementar/substitutivo. Onde o sistema deverá preservar os lançamentos originais e expor no livro fiscal eletrônico, tanto os lançamentos válidos quanto os lançamentos substituídos e cancelados;	
38.	Deverá efetuar a emissão de boletos automaticamente ao encerrar a escrituração normal e/ou complementar/substitutiva, completamente vinculado a esta escrituração e abatendo valores gerados anteriormente via boletos avulsos;	
39.	Deverá possibilitar a exportação de dados das escriturações para os sistemas contábeis (evitando-se assim a redigitação de lançamento) em padrão XML para que o contribuinte possa fazer a guarda desses arquivos;	



	O sistema deverá ter funcionalidades para consulta de autenticidade	
40.	de notas fiscais eletrônicas, utilizando o seu número randômico (para	
	preservação do sigilo fiscal do contribuinte);	
- Escr	ituração de Serviços Tomados	.
41.	Deverá possibilitar a seleção do período de competência para	
41.	lançamento;	
	Deverá permitir escrituração via digitação, de notas fiscais,	
42.	identificando número da nota, data de emissão, série e subsérie,	
	natureza dos serviços (código do serviço);	
	Deverá permitir a identificação dos prestadores de serviço - Pessoa	
43.	Física (dentro ou fora do município) Identificada – através do CPF e	
43.	Pessoa Jurídica (dentro ou fora do município) Identificada – através do	
	CNPJ;	
	Deverá apresentar consulta de prestadores por Inscrição Municipal,	
	CPF / CNPJ e por Nome/Razão Social, apresentando assim as demais	
44.	informações, se o mesmo estiver no cadastro do sistema e dar	
	condições para cadastro se o mesmo não estiver no cadastro do	
	sistema;	
	Deverá interpretar as regras tributarias definidas por legislação	
	municipal indicando o responsável pelo pagamento do tributo, com	
	base nas características do prestador, tomador, serviço prestado e	
	local da prestação, como segue:	
45.	✓ Escrituração de Serviço que remete o pagamento do tributo ao	
75.	prestador de serviço;	
	✓ Escrituração de Serviço que remete o pagamento do tributo ao	
	tomador de serviço;	
	✓ Escrituração de Serviço que remete o pagamento do tributo ao	
	tomador de serviço por ele ser um substituto tributário;	
46.	O sistema deverá efetuar o cálculo automático do tributo, com base	
	nas informações acima lançadas;	
	Deverá possibilitar a escrituração das informações demonstradas	
	acima, a partir de arquivo em lote no formato texto, sendo que:	
4-	✓ Deverá fazer uma crítica prévia desta massa de dados para evitar	
47.	a entrada de dados sabidamente errados e indicar quais são estes	
	erros;	
	✓ Deverá possibilitar a entrada de dados via digitação e remessa de	
	arquivos concomitantemente;	
	Deverá dar a possibilidade de emissão de boletos de pagamento	
40	avulso, com objetivo de antecipação de pagamento da obrigação	
48.	principal, indicando de se tratar de pagamento de ISSQN para serviços	
	tomados, informado o período de competência, possibilitando a	
	digitação de valores não vinculados a lançamentos;	



49.	Deverá apresentar funcionalidades para encerramento dos lançamentos de automática e manual (livro eletrônico) do período de	
	competência lançado;	
50.	Uma vez encerrado determinado período o contribuinte poderá efetuar correções através de lançamento complementar/substitutivo. Onde o sistema deverá preservar os lançamentos originais e expor no livro fiscal eletrônico, tanto os lançamentos válidos (últimos lançamentos encerrados) quanto os lançamentos editados/cancelados (lançamentos corrigidos);	
	Deverá efetuar a emissão de boletos automaticamente ao encerrar a	
51.	escrituração normal e/ou complementar/substitutiva, completamente	
31.	vinculado a esta escrituração e abatendo valores gerados	
	anteriormente via boletos avulsos de que trata o item anterior;	
- Con	trole e Cadastros de Obras	
52.	Deverá possibilitar a identificação do Responsável / Proprietário da	
	Obra informando o CPF/CNPJ, Nome/Razão Social e CCM se houver;	
53.	Deverá possibilitar a informação do Local da Obra, com CEP,	
	Logradouro, Número, Complemento, Zona, Quadra e Lote;	
	Deverá possibilitar a informação dos dados de Processo de	
54.	Regularização da Obra, com o Data, Número e Ano do Processo, Data	
	do Cadastro e a Data do Habite-se;	
	Deverá permitir a inserção de dados para a obtenção de valores da	
55.	obra, com base no Tipo da Obra (Residencial, comercial, industrial e misto), Área em M2, Custo Básico, Porcentagem e Alíquota;	
56.	Deverá permitir opções para pagamento do ISS sobre a obra para pagamento a vista, a prazo ou no decorrer da obra;	
57.	Apresentar valor do ISS com base nas informações acima declaradas;	
58.	Deverá permitir a geração de boletos para pagamento de ISS sobre a obra;	
59.	Permitir consultar as obras já cadastradas no sistema;	
37.	Permitir a exclusão de obra, a não ser que a mesma já tenha boletos	
60.	gerados ou vínculo com Notas Fiscais emitidas;	
61.	Deverá permitir o espelhamento de obra para que se otimize o	
01.	processo de cadastro da mesma;	
- Escı	rituração de Serviços da Construção Civil	
	Nos módulos de Escrituração de Serviços prestados ou tomados,	
	quando for lançado um código de serviço do grupo da construção civil	
62.	(7.02 e 7.05), o sistema:	
	✓ Deverá permitir vínculo com a obra objeto da emissão desta nota	
	fiscal previamente cadastradas;	



	✓ Deverá permitir a informação do valor total da nota fiscal, bem		
	como o valor do serviço executado, abatendo assim o montante		
	de dedução de materiais;		
	✓ Deverá permitir o vínculo de dedução de notas de obras		
	subempreitadas já prestadas utilizando processo informado;		
- Esc	rituração de Serviços Prestados e/ou Tomados por empresas sem estabel	ecime	ento
	nunicípio		
	Deverá permitir a escrituração através de um dispositivo em módulo		
	específico de prestador e/ou tomador de serviços que garanta a		
63.	possibilidade das empresas não estabelecidas escriturarem notas fiscais		
	de serviços prestados e/ou tomados, no módulo específico		
	disponibilizado para sua utilização;		
	Deverá permitir que essas empresas não estabelecidas possam se		
	autocadastrar, sem haver a necessidade de ir à Prefeitura, ou seja, o		
64.	autocadastramento deve ser feito pela empresa no sistema		
	informatizado;		
	Deverá alertar a Administração quanto a liberação para o primeiro		
65.	acesso do autocadastramento;		
	Deverá permitir o encerramento (não obrigatório) da competência do	\vdash	
	livro fiscal com a geração automática da guia de arrecadação		
66.	municipal contendo data do vencimento e valores calculados e		
	condizentes com as atividades e alíquotas;		
	Deverá permitir a escrituração retificadora do livro fiscal e novo		
	encerramento pertinente à competência escolhida, apresentando a		
	movimentação total das escriturações, contendo os registros da		
67.	retificação (inclusão/exclusão de documento fiscal e/ou alteração de		
	valor), gerando guia de arrecadação municipal complementar com		
	valor do imposto referente às alterações realizadas. Essa		
	funcionalidade não se torna necessária no caso de Nota Fiscal		
	Eletrônica;		
- Esc	rituração de Órgão Públicos		
	Deverá possibilitar o lançamento da compra de serviços sujeitos ou não		
	à substituição tributária, permitindo que os órgãos públicos federais,		
	estaduais e municipais possam se autocadastrar eletronicamente sem		
	haver a necessidade de ir à Prefeitura, ou seja, o autocadastramento		
68.	deve ser feito pelo órgão público no módulo específico (cadastro este		
30.	validado pela municipalidade) disponibilizado para sua utilização, via		
	internet para, no ato do cadastramento, obedecer às regras da		
	legislação vigente, permitindo que os mesmos possam efetuar suas		
	escriturações de serviços tomados, bem como a validação de notas		
	fiscais e documentos eletrônicos auxiliares de nota fiscal, obedecendo		



	as mesmas necessidades contábeis quanto a emissão da guia de	
	arrecadação municipal;	
69.	Deverá permitir que a Prefeitura possa escriturar, validar e efetuar as devidas retenções dos serviços por ela tomados, emitindo o recibo de retenção, bem como obedecendo às regras e necessidades contábeis da Prefeitura quanto à emissão da guia de arrecadação municipal, permitindo ainda que suas secretarias e autarquias possam, individualmente, efetuar suas escriturações, bem como a validação de notas fiscais e documentos eletrônicos auxiliares de nota fiscal, de serviços tomados; Deverá permitir o encerramento da competência do livro fiscal com a	
70.	geração automática da guia de arrecadação municipal, que poderá ser inferior ao valor mínimo estipulado em Lei, contendo data do vencimento e valores calculados e condizentes com as atividades e alíquotas.	
71.	Deverá permitir a escrituração retificadora do livro fiscal e novo encerramento pertinente à competência escolhida, apresentando a movimentação total das escriturações, contendo os registros da retificação (inclusão/exclusão de documento fiscal e/ou alteração de valor), gerando guia de arrecadação municipal complementar com valor do imposto referente às alterações realizadas;	
- Cor	ntadores	
72.	Deverá possibilitar que contadores possam se autocadastrar no sistema e utilizá-lo após liberação por intermédio de um funcionário da prefeitura com poderes para esta atividade (senha que permita esta operação).	
73.	Os contadores poderão constituir sua conta corrente de clientes, nos seguintes moldes: ✓ Se o cliente (contribuinte) não estiver vinculado a nenhum outro contador, este vínculo poderá ser constituído por qualquer uma das partes (contador / contribuinte; ✓ Se o cliente já estiver vinculado a outro contador, um novo vínculo somente poderá ser efetuado após o rompimento do vínculo antigo;	
74.	Quem pode romper vínculo vigente são: 1 – contador, 2 – cliente (contribuinte) e 3 – prefeitura, individualmente;	
75.	Os contadores, através da utilização de sua senha de contador, poderão ter acesso ao sistema para gerenciar as obrigações principais e acessórias de cada um de seus clientes (contribuintes), sendo que os lançamentos efetuados terão indicação de quem os efetuou (contador e/ou contribuinte);	



O módulo deverá possibilitar a remessa de arquivos dos lançamentos efetuados (já digitados) nos softwares de contabilidade, através de layout próprio, evitando-se assim um retrabalho deste profissional; - Mecanismo de Administração de Compensação Financeira Deverá possibilitar que a Prefeitura administre as eventuais compensações fiscais permitindo que as mesmas sejam abatidas do valor devido do ISSQN quando do encerramento do mês; 78. Deverá controlar as informações de período, valor, número de parcelas, número de processo; - Mecanismo de Serviços Especiais Deverá disponibilizar ao Fisco Municipal e aos Contribuintes mecanismo de simulação de tributação para validar as regras de tributação adotadas no município com vistas ao combate da evasão de receita, de forma a orientar os evolvidos (Fisco e Contribuinte) onde e quem deve pagar o tributo; Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte; - Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; 22. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 24. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 25. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviados; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviados; Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; 26. Deverá permitir que a			
layout próprio, evitando-se assim um retrabalho deste profissional;		O módulo deverá possibilitar a remessa de arquivos dos lançamentos	
- Mecanismo de Administração de Compensação Financeira Deverá possibilitar que a Prefeitura administre as eventuais compensações fiscais permitindo que as mesmas sejam abatidas do valor devido do ISSQN quando do encerramento do mês; Deverá controlar as informações de período, valor, número de parcelas, número de processo; - Mecanismo de Serviços Especiais Deverá disponibilizar ao Fisco Municipal e aos Contribuintes mecanismo de simulação de tributação para validar as regras de tributação adotadas no município com vistas ao combate da evasão de receita, de forma a orientar os evolvidos (Fisco e Contribuinte) onde e quem deve pagar o tributo; Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte; - Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 82. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; Deverá permitir que o contribuinte notificações e mensagens com a otrodo de a contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	76.	efetuados (já digitados) nos softwares de contabilidade, através de	
Deverá possibilitar que a Prefeitura administre as eventuais compensações fiscais permitindo que as mesmas sejam abatidas do valor devido do ISSQN quando do encerramento do mês; 78. Deverá controlar as informações de período, valor, número de parcelas, número de processo; - Mecanismo de Serviços Especiais Deverá disponibilizar ao Fisco Municipal e aos Contribuintes mecanismo de simulação de tributação para validar as regras de tributação adotadas no município com vistas ao combate da evasão de receita, de forma a orientar os evolvidos (Fisco e Contribuinte) onde e quem deve pagar o tributo; Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de auditoria possam transfeir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte; - Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; 82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais enviadas; Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; 86. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá persuitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo;		layout próprio, evitando-se assim um retrabalho deste profissional;	
77. compensações fiscais permitindo que as mesmas sejam abatidas do valor devido do ISSQN quando do encerramento do mês; 78. Deverá controlar as informações de período, valor, número de parcelas, número de processo; - Mecanismo de Serviços Especiais Deverá disponibilizar ao Fisco Municipal e aos Contribuintes mecanismo de simulação de tributação para validar as regras de tributação adotadas no município com vistas ao combate da evasão de receita, de forma a orientar os evolvidos (Fisco e Contribuinte) onde e quem deve pagar o tributo; Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte; - Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; 82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá permitir que a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; Deverá permitir que o contribuinte notificações e mensagens com a ocontribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; Deverá permitir que o contribuinte notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo;	- Me		
valor devido do ISSQN quando do encerramento do mês; Deverá controlar as informações de período, valor, número de parcelas, número de processo; - Mecanismo de Serviços Especiais Deverá disponibilizar ao Fisco Municipal e aos Contribuintes mecanismo de simulação de tributação para validar as regras de tributação adotadas no município com vistas ao combate da evasão de receita, de forma a orientar os evolvidos (Fisco e Contribuinte) onde e quem deve pagar o tributo; Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte; - Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; Beverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 84. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá permitir que o contribuinte notificações e renviadas; Deverá permitir que o contribuinte notificações e mensagens com a otificação e anexar documentos; Deverá permitir que o contribuinte notificações e mensagens com a descolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a		Deverá possibilitar que a Prefeitura administre as eventuais	
78. Deverá controlar as informações de período, valor, número de parcelas, número de processo; - Mecanismo de Serviços Especiais Deverá disponibilizar ao Fisco Municipal e aos Contribuintes mecanismo de simulação de tributação para validar as regras de tributação adotadas no município com vistas ao combate da evasão de receita, de forma a orientar os evolvidos (Fisco e Contribuinte) onde e quem deve pagar o tributo; Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte; - Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; 82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 84. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá permitir que o contribuinte notificações e recaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; Deverá permitir que o contribuinte notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	77.	compensações fiscais permitindo que as mesmas sejam abatidas do	
parcelas, número de processo; - Mecanismo de Serviços Especiais Deverá disponibilizar ao Fisco Municipal e aos Contribuintes mecanismo de simulação de tributação para validar as regras de tributação adotadas no município com vistas ao combate da evasão de receita, de forma a orientar os evolvidos (Fisco e Contribuinte) onde e quem deve pagar o tributo; Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte; - Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 84. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo;		valor devido do ISSQN quando do encerramento do mês;	
- Mecanismo de Serviços Especiais Deverá disponibilizar ao Fisco Municipal e aos Contribuintes mecanismo de simulação de tributação para validar as regras de tributação adotadas no município com vistas ao combate da evasão de receita, de forma a orientar os evolvidos (Fisco e Contribuinte) onde e quem deve pagar o tributo; Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte; - Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; 82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 86. ocontribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo;	70	Deverá controlar as informações de período, valor, número de	
Deverá disponibilizar ao Fisco Municipal e aos Contribuintes mecanismo de simulação de tributação para validar as regras de tributação adotadas no município com vistas ao combate da evasão de receita, de forma a orientar os evolvidos (Fisco e Contribuinte) onde e quem deve pagar o tributo; Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte; - Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; 82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 84. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 86. Deverá permitir que o contribuinte notificações e mesagens com a notificação e anexar documentos; 87. Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo;	76.	parcelas, número de processo;	
de simulação de tributação para validar as regras de tributação adotadas no município com vistas ao combate da evasão de receita, de forma a orientar os evolvidos (Fisco e Contribuinte) onde e quem deve pagar o tributo; Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte; - Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; 82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 84. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura es dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; 88. Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo;	- Med	canismo de Serviços Especiais	
79. adotadas no município com vistas ao combate da evasão de receita, de forma a orientar os evolvidos (Fisco e Contribuinte) onde e quem deve pagar o tributo; Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte; - Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; 82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 84. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a		Deverá disponibilizar ao Fisco Municipal e aos Contribuintes mecanismo	
de forma a orientar os evolvidos (Fisco e Contribuinte) onde e quem deve pagar o tributo; Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte; - Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; 82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 84. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte ocupando o contribuinte notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a		de simulação de tributação para validar as regras de tributação	
deve pagar o tributo; Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte; - Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; 82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 86. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; 87. Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	79.	adotadas no município com vistas ao combate da evasão de receita,	
Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte; - Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; 82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 84. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; 88. Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a		de forma a orientar os evolvidos (Fisco e Contribuinte) onde e quem	
 80. auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou tomados para um outro contribuinte; Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; 82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 84. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; 88. Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a 		deve pagar o tributo;	
tomados para um outro contribuinte; - Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; 82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 84. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; 88. Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a		Deverá disponibilizar ferramenta para que o fisco, em ações de	
- Domicílio Tributário Eletrônico 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; 82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 84. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; 88. Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	80.	auditoria possam transferir escriturações de serviços prestados ou	
 81. Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue notificações eletrônicas para os contribuintes; 82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 84. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; 88. Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a 		tomados para um outro contribuinte;	
 81. notificações eletrônicas para os contribuintes; 82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 84. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; 85. Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; 86. Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; 88. Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; 89 Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a 	- Don	nicílio Tributário Eletrônico	
82. Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 84. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	21	Deverá permitir que a prefeitura através da ferramenta de DTE efetue	
peças fiscais por meio do DTE. Bas. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; Bas. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; Bas. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	01.	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
peças fiscais por meio do DTE. 83. Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e encaminhados juntamente; 84. Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	82	Deverá permitir que a partir de ações fiscais sejam encaminhadas	
encaminhados juntamente; Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; Boeverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	02.	peças fiscais por meio do DTE.	
encaminhados juntamente; Beverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; Beverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	83	Deverá permitir que no envio destas peças sejam anexados arquivos e	
peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; Beverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	.	encaminhados juntamente;	
peças fiscais enviadas; Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; Beverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	84	Deverá possuir ambiente para recebimento e leitura das notificações e	
 85. leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; 88. Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a 	04.	peças fiscais enviadas;	
um período determinado; Deverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; Beverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a		Deverá possuir sistemática de leitura tácita, parametrizada, onde a	
Beverá encaminhar notificação de leitura por e-mail ao fiscal quando o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; Beverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; Beverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	85.	leitura se dá de forma automática quando o contribuinte não a faz em	
 86. o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; 88. Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; 89. Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a 		um período determinado;	
enviadas; 87. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; 88. Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a			
87. Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a notificação e anexar documentos; 88. Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	86.	o contribuinte obtiver a ciência (tácita ou não) das peças fiscais	
notificação e anexar documentos; Beverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a			
88. Deverá permitir que a Prefeitura envie notificações e mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	87	Deverá permitir que o contribuinte notificado possa responder a	
a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	<i>07</i> .		
a escolha do destino que podera ser individual ou coletivo; Deverá possuir um alerta automático de que "existe uma mensagem a	88		
NY I I	30 .	·	
ser lida" sempre que o destinatário efetuar o login do sistema;	89	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
	57.	ser lida" sempre que o destinatário efetuar o login do sistema;	



- Fisc	alização Eletrônica	
90.	Deverá apresentar dispositivos para a administração histórica das	
70.	ações fiscais efetuadas e gerenciamento para evitar a caducidade;	
91.	Deverá apresentar dispositivos para que o responsável pelo setor possa efetuar o encaminhamento e acompanhamento de ordens de serviços para os fiscais, com determinação de prazo para execução e seu	
	respectivo monitoramento;	
	Controle e geração de termos / notificações via sistema, como segue: ✓ TIF – Termo de Início de Fiscalização;	
	✓ NOT (Apresentação de Documentos);	
92.	 ✓ NOT (Notificação de Ocorrências); 	
'-'	✓ AllM – Auto de Infração e Imposição de Multa;	
	 ✓ Auto de Apreensão; 	
	✓ TCF – Termo de Conclusão de Fiscalização;	
	Deverá apresentar dispositivos para controle de recepção e devolução	
93.	de documentos;	
94.	Deverá apresentar dispositivos para controle de notificações.	
	Deverá apresentar dispositivos para elaboração de planilha de cálculo	
95.	dos termos fiscais, com respectivo cálculo de correções monetárias,	
75.	juros e multa de mora (parametrizados de acordo com a legislação	
	municipal).	
96.	Deverá apresentar dispositivos para imposição de multa.	
- Med	anismo para Relatórios Gerenciais	
	Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes relatórios gerenciais e	
	estatísticos para o perfeito gerenciamento:	
	 ✓ Maiores Prestadores de Serviços – geral; 	
	 ✓ Maiores Prestadores de Serviços – mês a mês; ✓ Maiores Prestadores de ISSON; 	
	✓ Maiores Devedores do ISSQN;	
	✓ Lista de Serviços - Atividades Cadastradas detalhando:	
	porcentagem de incidência e retenção e valores do ISSQN para	
	Contribuintes enquadrados no regime fixo; ✓ Empresas Vinculadas por Atividade;	
97.	 ✓ Empresas vincoladas por Anvidade, ✓ Comparativo por Média de todas as Atividades; 	
//.	 ✓ Atividades Adquiridas de Empresas de Fora do Município; 	
	✓ Histórico Detalhado de todos os Boletos Gerados;	
	✓ Contribuintes Vinculados por Contador;	
	✓ Resumo das Operações efetuadas por Contador;	
	 ✓ Resumo dos Contribuintes que Excederam o Limite de Estimativa; 	
	✓ Resumo de Contribuintes Omissos de Escrituração junto ao sistema;	
	✓ Resumo Detalhado de Débitos Pendentes por Contribuinte;	



	✓ Resumo Detalhado da Agenda Fiscal por Agente;	
	✓ Relatório da Ficha Financeira por Contribuinte;	
	Módulo de Escrituração de Cartórios	
98.	Deverá conter no mínimo 04 (quatro) cadastros de cartórios de diferentes características de atribuição (Tabelionato de Notas, Registro Civil, Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Protestos de Títulos);	
99.	Deverá permitir o cadastro dos Cartórios com obrigatoriedade de CNPJ, Nome, Atribuição, Endereço, E-mail, Telefone, responsável, data de abertura, encerramento e inscrição municipal.	
100.	Deverá permitir o cadastro de todos os atos disponibilizados anualmente pela ANOREG por atribuição, bem como os valores e repasses vinculados.	
101.	Deverá permitir o Cadastro de Responsáveis pelos cartórios, com obrigatoriedade de CPF, RG, Nome, Endereço, Telefone e E-mail;	
102.	Deverá permitir a escrituração eletrônica dos serviços prestados pelos cartórios de acordo com suas atribuições, contendo informações específicas da atividade conforme legislação vigente, tais como base de cálculo para a definição do ISSQN, bem como a exibição dos valores de repasse.	
103.	Deverá permitir a importação em lote dos serviços prestados pelos cartórios através de arquivo texto, com leiaute definido pela contratada, afim de agilizar o processo de escrituração de serviços prestados.	
104.	Deverá permitir a escrituração eletrônica dos serviços tomados pelos cartórios por meio de digitação;	
105.	Deverá permitir a importação em lote dos serviços tomados pelos cartórios através de arquivo texto, com leiaute definido pela contratada, afim de agilizar o processo de escrituração de serviços tomados.	
106.	Deverá permitir a escrituração dos serviços tomados pelos cartórios por meio de digitação das notas tomadas;	
107.	Deverá permitir o acompanhamento de toda movimentação declarada pelos cartórios, tanto prestado quanto tomado, trazendo informações detalhadas como o calendário fiscal, movimento econômico e tributário, débitos gerados e pagamentos.	
108.	Deverá permitir a visualização das escriturações, solicitando sua confirmação para que o movimento seja fechado para o encerramento do mês de competência e consequente geração de imposto.	



100	Deverá permitir a geração automática dos livros de encerramento de		
109.	serviços prestados e tomados.		
110	Deverá gerar Boletos de forma automática, calculando os acréscimos		
110.	moratórios se necessários.		
	Módulo de Escrituração das Instituições Financeiras	L	
111	Deverá dispor de mecanismo para responder questionário fiscal no		
111.	primeiro acesso da Instituição financeira;		
112.	Deverá ter a possibilidade para visualização das Respostas do		
112.	Questionário referente ao contribuinte;		
	Deverá permitir a manutenção de cadastro de funcionários e dispor de		
113.	mecanismo para buscar todos funcionários cadastrados bem como		
110.	apresentar funcionalidades de perfil de acesso entre usuário comum e		
	administrador;		
114.	Deverá conter no mínimo 10 (dez) cadastros de contribuintes de		
	instituições financeiras diferentes;		
115.	Cada contribuinte deverá apresentar plano de contas com no mínimo		
110.	1000 (mil) registros de rubricas;		
116.	Deverá sinalizar quando existir planos de contas que estão aguardando		
110.	Homologação;		
	Deverá ter opção para a recepção do plano de contas, aplicando as		
117.	sugestões de enquadramento de atividades, de acordo com a Lei		
	Complementar 116/2003, bem como permitir a recusa do plano de		
	contas;		
118.	Deverá possibilitar ao fiscal o enquadramento de tributação em contas		
	da instituição;		
	Deverá apontar no mínimo as seguintes divergências no plano de		
119.	contas:		
	✓ Divergência de Enquadramento;		
	✓ Divergência de Planos de Contas Homologados Anteriormente;		
120.	Deverá ter a possibilidade de exibição do histórico de envios, recepção		
	e homologação dos planos de contas;		
121.	Deverá disponibilizar filtros nos planos de contas para que a fiscalização		
	consiga pesquisar um grupo inteiro de itens dentro do COSIF;	 	
122.	O sistema deverá ter filtros específicos para facilitar a identificação das		
102	Contas tributadas e não tributadas;		
123.	Deverá apresentar o atuamento entre as versãos dos planos do centas		
104	Deverá apresentar o cruzamento entre as versões dos planos de contas		
124.	importados sinalizando as alterações realizadas (contas incluídas e		
	excluídas);	\vdash	
125.	Cada contribuinte deverá apresentar balancete correspondente ao		
	plano de contas importado no sistema;	<u> </u>	



126.	Deverá apresentar funcionalidade para selecionar a agência bancária desejada e visualizar a sua movimentação, boletos gerados dos serviços prestados e serviços tomados e visualizar os débitos;				
127.	Deverá apresentar funcionalidade para selecionar a agência bancária desejada e visualizar o calendário fiscal de serviços prestados e serviços tomados possibilitando acompanhar os lançamentos dos balancetes e escriturações das notas fiscais tomadas;				
128.	Deverá informar a fiscalização quando houver conta recusada no balancete e seu motivo;				
129.	Deverá permitir correções do livro fiscal de serviços prestados e tomados somente via lançamento substitutivo. Neste caso o sistema deverá preservar os lançamentos originais e expor no livro fiscal eletrônico, tanto os lançamentos válidos (últimos lançamentos) quanto os lançamentos editados/cancelados (lançamentos corrigidos).				
130.	Deverá possibilitar a emissão de boletos automáticos ao encerramento				
131.	Deverá permitir o agrupamento de boletos caso possua mais de 1 (um) gerado na competência;				
132.	Deverá apresentar dispositivos para que o responsável pelo setor possa efetuar o encaminhamento e acompanhamento de ordens de serviços para os fiscais, com determinação de prazo para execução e seu respectivo monitoramento.				
133.	Deverá apresentar funcionalidade para gerar os documentos: ✓ TIF – Termo de Início de Fiscalização; ✓ Notificação; ✓ Intimação; ✓ Auto de Infração; ✓ Auto de Apreensão; ✓ TCF – Termo de Conclusão de Fiscalização;				
134.	Deverá apresentar a funcionalidade de Gerar Planilha de Cálculo;				
135.	solicitados pela fiscalização;				
136.	Deverá apresentar dispositivos para consulta de notificações pelos seguintes filtros: ✓ Inscrição Municipal; ✓ Fiscal Responsável pela fiscalização; ✓ Número e Ano da Ordem Fiscal; ✓ Situação (Aberta, Entregue, Encerrada ou Todas)				



	Deverá apresentar módulo de comunicação permitindo envio de	
137.	mensagens pela Prefeitura e respostas das Agências	
	Bancárias/Instituições Financeiras, com indicação de data e horário de	
	recebimento e leitura das mensagens.	
138.	Deverá permitir a troca de mensagens pelo fisco municipal com seus	
130.	contribuintes para questionamentos, notificações e intimações;	
	Deverá permitir que a prefeitura envie mensagens com a escolha do	
139.	·	
	instituição.	
140.	Deverá sinalizar as novas mensagens recebidas na caixa postal virtual	
	do contribuinte e da prefeitura.	
141.	Deverá possuir área de downloads para consulta de manuais, leis e	
	instruções normativas.	
	Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes relatórios gerenciais:	
	✓ Contas recusadas pelo Contribuinte no Balancete;	
	✓ Devedores;	
	✓ Maiores Arrecadadores;	
142.	 ✓ Planos de contas homologado com alteração; ✓ Caras areativas da Basadhira artas. 	
	 ✓ Comparativo de Recolhimento; ✓ Cruzamento de Balancetes; 	
	✓ Cruzamento de Balancetes;✓ Boletos Gerados;	
	✓ Boleros Gerados,✓ Lançamento de ISS;	
	✓ Débitos de ISS.	
	Módulo Simples Nacional	
	-	
143.	Neste modulo deverá conter no mínimo 1000 (mil) registros de	
	empresas enquadradas no regime simplificado para:	
	Possibilitar demonstração e acompanhamento das movimentações	
144	econômicas tributárias dos contribuintes, permitindo a visualização	
144.	detalhada dos dados tributários de forma segregada, bem como	
	também a visualização dos dados de movimentação declarada no	
	sistema de emissão de nota fiscal eletrônica;	
	Gerar alertas automáticos onde serão apresentadas Divergências Explicitas como Faturamento e Omissões, onde o usuário poderá	
145.	· ·	
145.	observações a estes alertas bem como a inserção de anexos (formatos	
	pdf, xls, doc);	
	Possibilitar o cruzamento das informações declaradas pelo contribuinte	
146.	na RFB com os dados declarados à prefeitura;	
	Permitir a geração de notificações individuais ou em lote por tipo de	
147.		
17/.	desenquadramento do Simples Nacional, elaborando arquivo definido	
	acsonycadiamenic ac simples racional, elaboranac aryoto delimac	



	pela RFB que poderá ser enviado ao PORTAL da RFB para o					
	desenquadramento;					
148.	serem disponibilizados, devem conter no mínimo:					
149.	Acompanhamento histórico de eventos e por período dos contribuintes enquadrados e desenquadrados do regime SIMPLES / MEI;					
150.	Acompanhamento de Contribuintes que tiveram o Limite de Faturamento excedido em um período;					
151.	Acompanhamento dos Contribuintes que tiveram as maiores arrecadações em um período;					
152.	Cruzamento dos valores de faturamento versus os valores constantes nas NFS-e emitidas.					
153.	Relatórios contendo contribuintes com cadastro na RFB e que não possuem cadastro no município, dentre outros.					
Md	ódulo para Registrar o Valor Adicionado Fiscal dos Contribuintes enquadr Regime Periódico de Apuração	ados no				
154.	O sistema deve permitir trabalhar com múltiplos exercícios, onde o usuário poderá escolher a qualquer momento qual exercício ele poderá trabalhar.					
155.	O Sistema deve permitir à consulta a tabela de CEOP's – Códigos Fiscais					
156.	O Sistema deve permitir o cadastramento das informações jurídicas do responsável pela escrituração fiscal da empresa. No caso de escritório Contábil, ele deve associar todos os clientes que possui em sua carteira.					
157.	O Sistema deve permitir a inclusão de novas empresas que não constam no Cadastro de Empresas Contribuintes do Estado.					
158.	Sistema deve permitir o auto cadastramento das informações jurídicas do contribuinte. Estas informações devem ser validadas junto a Receita Federal e ao Cadastro das Empresas Contribuintes do Estado.					
159.	Sistema deve permitir à consulta pelo CNPJ dos dados jurídicos da empresa diretamente do site da Receita Federal pelo CNPJ.					
160.	O Sistema deve permitir a parametrização de fórmulas aritméticas simples por Código Fiscal de operação e prestação utilizando os					
161.	O Sistema deve permitir a parametrização de Fórmulas de Contrapartida por Código Fiscal de Operação e Prestação, comparando operações entre CFOP's.					



162.	O Sistema deve permitir o cadastro dos textos padrões para as	
	notificações, tendo a capacidade de utilizar recursos de formatação	
	de texto, tais como negrito, itálico, sublinhado e cores.	
163.	O Sistema deve permitir o cadastramento de todos os usuários com seu	
	perfil de acesso.	
164.	O Sistema deve permitir o envio das Guias de Informação e Apuração	
	do ICMS, após o cadastramento dos dados do contribuinte.	
165.	O Sistema deve permitir o envio do SPED Fiscal, após o envio das Guias	
100.	de Informação e Apuração do ICMS.	
	O sistema deve permitir a emissão do protocolo de entrega, após o	
166.	envio das Guias de Informação e Apuração do ICMS e SPED Fiscal, este	
100.	documento será a comprovação ao atendimento da obrigação	
	acessória ao envio dos documentos.	
	O Sistema deve permitir a leitura do Cadastro das Empresas	
	Contribuintes do Estado que é emitido anualmente informando os	
	municípios quais são as empresas que estão sediadas em seu território	
167.	e também qual foi sua contribuição no valor adicionado no último	
	exercício. Estas informações devem ser importadas para o sistema para	
	que sejam mantidos o histórico e a evolução de cada um dos	
	contribuintes.	
	O Sistema deve permitir a recepção das Guias de Informação e	
	Apuração do ICMS dos contribuintes enquadrados no Regime	
168.	Periódico de Apuração nos formatos previstos no programa "Nova	
	Gia", deve permitir a recepção da Escrituração Fiscal Digital (Sped	
	Fiscal) na forma do Ato COTEPE/ICMS N° 09, de 18 de abril de 2008 e	
	suas atualizações.	
	O Sistema deve possuir rotina para leitura das Guias de Informação e	
	Apuração do ICMS apresentando dinamicamente o cruzamento das	
169.	fórmulas e com as declarações entregues de forma que o fiscal possa	
	identificar automaticamente as possíveis inconsistências, e ainda,	
	detalhar e cruzar as informações escrituradas nas CFOPs através do	
	SPED. O sistema deve possibilitar a consulta e apresentar a leitura somente	
170.	·	
170.	parametrizadas e/ou regras parametrizadas.	
	O Sistema deve possuir rotina para apresentar, baseado nas EFD-Fiscal	
	recepcionado dos contribuintes, quais as transportadoras que	
171.	tomaram frete dentro do município e não apresentaram rateio em suas	
171.	declarações ou se o Rateio conter valor diferente do valor apurado	
	pelo sistema.	
	polo sistema.	



172.	dados disponibilizados na GIA.	
173.	O sistema deve possuir rotina para importação automática de todos os valores repassados e suas previsões de repasses semanais para consulta através de relatório e gráfico.	
174.	O Sistema deve permitir a distribuição de Atividades pelo responsável pela área fiscal, em forma de tarefa, aos seus agentes fiscais para ser realizada a leitura e análise dos documentos, mês a mês.	
175.	O Sistema deve permitir à consulta as atividades abertas e do encaminhamento a leitura e análise das informações fiscais.	
176.	O Sistema deve permitir a emissão de notificações: - Para correção de escrituração, caso o sistema encontre alguma irregularidade ou distorção na escrituração, o agente fiscal poderá emitir uma notificação solicitando a correção, informando os pontos encontrados e seu devido esclarecimento. Caso ocorra a correção, o contribuinte poderá substituir o documento, enviando uma nova versão para a Secretaria da Fazenda Estadual e também para o Município; - Para Omissão Estadual, caso o sistema não encontre a declaração entregue para a Secretaria da Fazenda Estadual; - Para Omissão Municipal, caso o sistema não encontre a declaração enviada.	
177.	Disponibilizar análise em gráfico do desenvolvimento do valor adicionado do município, comparado com o estado, em valores absolutos, apresentando ao longo do período dos últimos 5 anos.	
178.	Disponibilizar análise em gráfico do repasses efetuados para o Município, comparado com o total distribuído pelo Estado, em pontos percentuais, apresentando suas curvas de crescimento ao longo do período dos últimos 5 anos.	
179.	Disponibilizar análise em gráfico do repasses efetuados para o Município, comparado com o total distribuído pelo Estado, em valores absolutos, ao longo do período dos últimos 5 anos.	
180.	Disponibilizar análise em relatório da evolução dos repasses efetuados, mês a mês, comparando com o total distribuído pelo Estado, em valores absolutos, ao longo do período dos últimos 5 anos.	
181.	Disponibilizar análise em relatório do comparativo entre exercícios, da posição no ranking, índice definitivo, índice Provisório, Valor adicionado definitivo e valor adicionado provisório.	
182.	Disponibilizar análise em gráfico do desenvolvimento do valor adicionado e seu índice de participação.	



24. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO/FINANCEIRO

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
Serviço de IMPLANTAÇÃO e treinamento dos Sistemas de Informação para Gestão, incluindo migração/conversão da base de dados do sistema existente.	Serviço	03 (mês)		
softwares de gestão de última geração, em ambiente "web" com sua operacionalização integralmente realizada via internet para a modernização dos processos da administração tributária municipal, que contemplará o controle da ação fiscal, gestão de cobrança de receita tributária e gestão do desenvolvimento econômico.	Serviço	12 (meses)		
Serviços de MANUTENÇÃO (atualização de versões) e Suporte Técnico, incluindo hospedagem dos Sistemas de Informação para Gestão. VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	Serviço	09 (meses)		



ANEXO III – PROPOSTA COMERCIAL PREGÃO PRESENCIA Nº 029/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LICENÇA DE SOFTWARES DE GESTÃO DE ÚLTIMA GERAÇÃO, EM AMBIENTE "WEB" COM SUA OPERACIONALIZAÇÃO INTEGRALMENTE REALIZADA VIA INTERNET PARA A MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, QUE CONTEMPLARÁ O CONTROLE DA AÇÃO FISCAL, GESTÃO DE COBRANÇA DE RECEITA TRIBUTÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE E ACOMPANHAMENTO POR MONITORAMENTO, CONFORME AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL e no anexo II – Termo de Referência.

A simples apresentação desta Proposta é considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação do licitante neste certame

DADOS DO LICITANTE							
DENOA	MINAÇÃO:						
ENDER	EÇO:						
CEP:	FONE:		FA	X:			
E-MAIL	:		CN	IPJ:			
	Descrição	Ur	nidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total	
migração/co	e IMPLANTAÇÃO e dos Sistemas de para Gestão, incluindo onversão da base de ema existente.	So	erviço	03 (mês)			
geração, em operacionaliz realizada v modernização administração contemplará gestão de	le gestão de última ambiente "web" com sua cação integralmente via internet para a	Si	erviço	12 (meses)			
Técnico, incl	de MANUTENÇÃO de versões) e Suporte luindo hospedagem dos nformação para Gestão.	S	erviço	09 (meses)			
VALOR GLOB	AL DA PROPOSTA						

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:	dias (mínimo de 6)



dias) contados a partir da data de apresentação da proposta.).

DECLARO, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende a todas as especificações exigidas no Termo de Referência – Anexo II do edital.

DECLARO que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

	Agudos, em	de	de 2019.
	Assinatur	a do representante le	egal
Nome do represer	ntante legal:		
RG do representar	nte legal:		
CPE do representa	into logal:		



CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AGUDOS E A EMPRESA

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° xxxxxxxx/2019

	•
	PREGÃO (PRESENCIAL) N° 029/2019 PROCESSO N° 053/2019
Aosdias do mês ded AGUDOS, pessoa jurídica de direito público 650 - Centro - CEP 17.120-023 - Agudos - S Prefeito Municipal, SENHOR ALTAIR FRANCISCO CONTRATANTE, e de outro a EMPRESA	, com sede na Praça Tiradentes nº P, neste ato representado pelo seu D SILVA , de ora em diante designado
, , CEP pelo SENHOR _ da cédula de identidade RG sob nº	,,,,, portador
Secretaria da Segurança Pública e, devidamente Inscrito no Cadastro das	do Estado de Pessoas Físicas do Ministério da
Fazenda sob o nº, na que Presencial nº 029/2019 , doravante denomina contratação nos termos das Leis Federais nºs 1 com as sequintes cláusulas:	da CONTRATADA , firmam a presente

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LICENÇA DE SOFTWARES DE GESTÃO DE ÚLTIMA GERAÇÃO, EM AMBIENTE "WEB" COM SUA OPERACIONALIZAÇÃO INTEGRALMENTE REALIZADA VIA INTERNET PARA A MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, QUE CONTEMPLARÁ O CONTROLE DA AÇÃO FISCAL, GESTÃO DE COBRANÇA DE RECEITA TRIBUTÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE E ACOMPANHAMENTO POR MONITORAMENTO, CONFORME AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL e no anexo II – Termo de Referência.

1.1 - Considera-se parte integrante do presente instrumento os seguintes



documentos: a) Edital do **Pregão Presencial nº. 029/2019** e seus anexos; b) Proposta de __de__de 2019, apresentada pela **CONTRATADA**; c) Ata da sessão do **Pregão Presencial nº 029/2019.**

1.2 – O objeto do presente contrato poderá sofrer supressões ou acréscimos, mantidas as condições comerciais pactuadas, mediante termo de aditamento, com base no parágrafo 1°, do artigo 65, da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1.993, e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 – A vigência iniciar-se-á na data de assinatura deste contrato, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos e limites do disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.1 Manter-se, durante todo o prazo de vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas no respectivo procedimento licitatório;
- **3.2** Cumprir os termos do presente contrato e do Edital e seus anexos, na estrita observância da legislação pertinente em vigor;
- 3.3 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transportes e taxas de administração, bem como despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, despesas operacionais com frete, carga e descarga, resultantes da execução deste Contrato, sendo que sua inadimplência, com relação a tais encargos, não transfere a **CONTRATANTE** o ônus pelo seu pagamento, não podendo onerar o presente contrato;
- 3.4 Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, correndo à suas expensas os ressarcimentos e indenizações devidos;
- **3.5** Apresentar certidões expedidas pelo INSS e FGTS, com prazo de validade em vigor, demonstrando sua regularidade no cumprimento dos encargos estabelecidos em lei, sempre que as apresentadas vencerem durante a execução deste contrato e como condição para liberação do respectivo pagamento.
- 3.6 Transmitir todas as informações de que dispuser para Gestor do Contrato;



- Entregar aos funcionários do município, detentores da competência legal para a autuação fiscal, um relatório detalhado do que resultar do processamento dos dados acima referidos, em que figurarão dimensionados os eventuais valores de sonegação detectados.
- **3.8** Cumprir rigorosamente com todas as programações e atividades do objeto deste Contrato;
- **3.9** Levar, imediatamente, ao conhecimento do Gestor do Contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada;
- **3.10** Indicar e disponibilizar equipe técnica que atuará na implantação e customização de cada módulo;
- **3.11** Arcar com despesas de deslocamento e hospedagem da equipe técnica;
- **3.12** Apresentar os produtos definidos na qualidade e prazos definidos pela Contratante;
- **3.13** Fornecer todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante:
- **3.14** Facilitar a supervisão acompanhamento dos trabalhos pela Contratante, fornecendo, sempre que solicitados, informações e documentos relacionados com a execução do objeto do presente edital;
- **3.15** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus técnicos não terão vínculo empregatício com a Contratante;
- **3.16** Obedecer às normas e rotinas da Contratante, principalmente as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços, respeitando o sigilo tributário;
- **3.17** Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento,



respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização;

- **3.18** Responsabilizar-se por todos os ônus referentes aos serviços contratados, inclusive, alimentação e transporte, compreendendo-se o deslocamento do empregado do seu endereço residencial até o local de trabalho, bem como, do local de trabalho até sua residência, quando em serviço, bem como tudo que as leis trabalhistas e previdenciárias preveem e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto da licitação;
- **3.19** Prover recurso humano necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- **3.20** Responsabilizar-se pela conformidade e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
- **3.21** Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, sem prévia autorização da Contratante;
- **3.22** Fornecer toda e qualquer documentação, projetos, manuais, etc., produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em mídia eletrônica:
- **3.23** A Contratada deverá seguir metodologia de implantação a ser definida de comum acordo entre Contratante e Contratada;
- **3.24** Ao final do contrato a Contratada deverá fornecer integralmente as informações contidas no banco de dados em formato txt com ponto e vírgula;
- **3.25** O cronograma de implantação deverá ser definido conjuntamente com a Contratante, de forma a atender as conveniências de datas e horários.

CLÁUSULA QUARTA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **4.1** Fornecer cópia da legislação tributária em vigor nos últimos 05 anos, assim como da lei orgânica do Município;
- **4.2** Disponibilizar um fiscal para conduzir as diligências de identificação de fatos



geradores e sua respectiva autuação, no tocante à prestação de serviços dos estabelecimentos definidos neste Contrato, em todo território municipal;

- **4.3** Notificar as instituições financeiras, cooperativas e outros estabelecimentos do município para que colaborem com a fiscalização, disponibilizando informações sobre os serviços prestados, apresentando os documentos que lhe forem solicitados;
- **4.4** Indicar um Gestor para o contrato que será responsável, dentre outras obrigações, pela validação e recebimento das diversas etapas dos serviços;
- **4.5** Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados e/ou produzidos pela Contratada;
- **4.6** Agendar as reuniões que se fizerem necessárias para o planejamento, avaliação e ajustes nas etapas previstas de implantação;
- **4.7** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de um Grupo de Trabalho designado. Verificar o cumprimento das obrigações, assumidas pela Contratada;
- **4.8** Fornecer as informações e documentos indispensáveis para a elaboração dos produtos mencionados;
- **4.9** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- **4.10** Emitir, por intermédio do Gestor do Contrato, relatórios sobre os atos relativos à execução do contrato, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções;
- 4.11 Manter os pagamentos dos serviços prestados pela Contratada em dia.

CLÁUSULA QUINTA DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

- **5.1** Os prazos e condições de entrega do objeto contratação são aqueles definidos no Anexo II Termo de Referência, que faz parte integrante deste ajuste.
- 5.1.1 Só será emitido Atestado de Recebimento se atendidas as determinações deste Edital e seus anexos.



- **5.2** Constatadas irregularidades no objeto, este Município de Agudos, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:
- 5.2.1 Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Anexo II, determinando sua substituição;
- 5.2.2 Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades.
- **5.3** As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos**, contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 5.4 O recebimento definitivo não exime a Contratada de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade dos produtos entregues.
- **5.5** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela **SENHORA SIMONE REGINA PEREIRA DE MORAES** representante da Administração especialmente designada.

CLÁUSULA SEXTA VALOR, RECURSOS E PAGAMENTO

- **6.1** O valor total do presente contrato é de R\$_____(_). As condições de pagamento hão de observar o disposto no Anexo II Termo de Referência, que faz parte integrante deste ajuste.
- 6.1.1 O valor é fixo e correrá por conta da Funcional Programática: FICHA: 26-3.3.90.39
- **6.2** O pagamento será efetuado em **30** (trinta) **dias contados** da emissão do Atestado de Recebimento, em conta corrente da **CONTRATADA**.
- **6.2.1** Conforme o protocolo ICMS 42/09, alterado pelo protocolo ICMS 1/2011 ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.
- **6.3** Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.
- **6.4** A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente neste Município de Agudos.



- **6.5** Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à **CONTRATADA**, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a este Município de Agudos no prazo de **03** (três) **dias úteis**;
- **6.5.1** Caso a **CONTRATADA** não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.
- **6.6** O **CONTRATANTE** poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.
- **6.7** Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto qualquer obrigação estiver pendente de liquidação, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA SÉTIMA RESCISÃO E SANÇÕES

- **7.1** O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883 de 8 de junho de 1.994, autoriza, desde já, o **CONTRATANTE** a rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.
- **7.2 -** Aplicam-se a este contrato as sanções estipuladas na Lei Federal nº 10.520/02, que a **CONTRATADA** declara conhecer integralmente.
- **7.3** No caso de rescisão administrativa unilateral, a **CONTRATADA** reconhece o direito do **CONTRATANTE** de aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.
- **7.4** A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da **CONTRATADA** pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.
- **7.5** A aplicação das penalidades não impede o **CONTRATANTE** de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA FORO



8.1 – O Foro competente para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato é o da Comarca de Agudos, Estado de São Paulo.

•		ontratadas, assinam o pre dos os fins de direito.	sente contrato em três vias
	Agudos, em	de	de 2019.
		CONTRATANTE	
		CONTRATADA	
TESTEMUNHAS	i:		
NOME		NOME	
RG N°		RG N°	
CPF N°		CPF N°	



ANEXO V DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Ευ	(nome compl	eto), RG nº		, re	preser	ntante
legal da			(denominaç	ão	da	pessoa
jurídica), CNPJ nº _			DECLARO,	sob	as pe	nas da
lei, que a empreso	a cumpre plenai	mente as exigênc	ias e os requ	uisitos c	de hab	oilitação
previstos no instrume	ento convocatór	io do Pregão Prese	encial nº 029,	/2019,	realiza	do pelo
Município de Agudo certame.	os inexistindo qu	alquer fato impe	ditivo de suc	a partio	cipaçõ	io neste
Ag	gudos, em	_de	de 20	19.		
_	Assinatura c	do representante l	egal			
Nome do represento	ante legal:					
RG do representante	e legal:					
CPF do representan	te legal:					



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO , sob c	ıs penas da l	ei, sem prejuízo (das sanções e mul [.]	tas previstas no
	ato	convocatório	o, que	а
		emp	oresa	
			_(denominação	da pessoa
jurídica), CNPJ nº			é microempre	sa ou empresa
de pequeno porte e 2°, bem como seguintes todos do 2006, cujos term	não possui o artigo 3º do os declaro	qualquer dos in a Lei Compleme conhecer na	npedimentos prev ntar nº 123, de 14 íntegra, estando	vistos nos §§ 4º e de dezembro de apta, portanto, a
exercer o direito regularidade fisco Complementar, n realizado pelo do	al nos termo o procedim	os previstos nos ento licitatório (artigos 42 a 45	da referida Lei
Ag	judos, em	de	de 201	9.
	Assino	ıtura do represer	ntante legal	
Nome do represer RG do representa CPF do representa	nte legal:			



ANEXO VII DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Ευ		_(nome	completo),	represer	ıtante	legal da
empresa			(denominaç	ção da	pessoa	jurídica),
interessada em p declaro, sob as p de 21 de junho de jurídica) encon- se refere à observ	enas da lei, qu e 1993 e altera tra-se em situ	ue, nos tern ções poste ação regul	nos do inciso \ riores, a ar perante o <i>N</i>	/ do artigo _(denomir Ministério d	o 27 da Le nação d lo Trabalh	ei nº 8.666, la pessoc no, no que
	Agudos, em				j	
	Assinati	ura do repr	esentante lego	al		
Nome do represe RG do represento CPF do represent	ante legal:					



ANEXO VIII DECLARAÇÃO (parágrafo único do Artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo)

Α		(denom	ninação	da	pessoa	jurídica),	CNPJ nº
	por seu(s) rep	oresento	ınte(s) leg	al(is), i	nteressad	la em partic	ipar do
Pregão Presencio	al nº 029/2019	, do Mur	nicípio de	Agud	os, declar	a, sob as pe	enas da
lei, que observa e estabelecidos pe São Paulo.				-	•	•	
	Agudos, em_	d	e		de	2019.	
	Assino	atura do	represent	tante l	<u> </u>		
Nome do represe	entante legal:						
RG do represento	ante legal:						
CPF do represent	tante legal: _						